



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANIELA CECILIA GRISOSKI

MULHERES POLICIAIS:
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM UM BATALHÃO DA
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Londrina
2020

DANIELA CECILIA GRISOSKI

MULHERES POLICIAIS:
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM UM BATALHÃO DA
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientadora: Profa. Dra. Eneida Santiago

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

D184 Grisoski, Daniela Cecilia .
Mulheres policiais : produção de subjetividade em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná / Daniela Cecilia Grisoski. - Londrina, 2020.
106 f.

Orientador: Eneida Santiago .
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Mulheres policiais - Tese. 2. Trabalho - Tese. 3. Gênero - Tese. 4. Subjetividade - Tese. I. Santiago , Eneida . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

DANIELA CECILIA GRISOSKI

MULHERES POLICIAIS:
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA
MILITAR DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Eneida Santiago
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Ana Paula Müller de Andrade
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná –
UNICENTRO

Londrina, 18 de fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho à minha mãe, Denise, e minha avó, Rose, por sempre me incentivarem a buscar conhecimento e não desistir dos meus anseios. Também por me proporcionarem condições para que eu pudesse traçar este caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Eneida, sempre paciente, acolhedora, por todos os ensinamentos ao longo desses dois anos, e por orientar meu trabalho com tanta excelência.

Aos membros da banca, Ana Paula Müller de Andrade, que ajudou a despertar minha curiosidade sobre os estudos de gênero desde a época da graduação, e Rafael Binachi Silva pelos apontamentos e contribuições ao meu trabalho.

A todos os professores e professoras que contribuíram com minha formação e me incentivaram a ter apreço pela pesquisa.

A todos os meus amigos, os recentes e os antigos, que sempre me acolheram, me deram suporte e ficaram ao meu lado, nos momentos bons e nos ruins. Em especial às minhas amigas que me acompanham desde o ensino fundamental: Alana, Any, Scheila, Irma, Kawane e Paula. Também às minhas amigas Elaine e Miriam, que foram a família que escolhi para compartilhar minha vida em Londrina.

Aos meus colegas de Mestrado, com quem pude compartilhar as angústias e os anseios, conversas sobre dissertações e o cenário político brasileiro, festas e manifestações, cervejas e cafés.

Ao meu companheiro, Bruno, pela paciência, auxílio e afeto.

Por fim, e não menos importante, agradeço à Maria Quitéria, Joana d'Arc, Jovita Feitosa, Flora Sandes, Milunka Savic e Jacqueline Cochran, por participarem da pesquisa, sem elas esse trabalho não aconteceria.

Como vai proibir

Quando o galo insistir

Em cantar

[...]

Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia

Inda pago pra ver o jardim florescer

Qual você não queria

(Chico Buarque)

Grisoski, D. C. (2019). **Mulheres policiais**: produção de subjetividade em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná. 106 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo compreender a produção de subjetividade de mulheres policiais militares, considerando suas experiências laborais, e, a vista disso, analisar quais os desdobramentos dessas experiências podem trazer para a saúde dessas mulheres, tendo em conta concepções do campo Saúde Mental e Trabalho. A pesquisa contou com a participação de seis policiais atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do estado do Paraná. Nos baseamos no campo dos estudos de gênero, pois, em nossa sociedade, há uma ideia de divisão de funções de acordo com o sexo, sendo a profissão de policial militar uma delas. Sendo assim, essa pesquisa faz parte desse campo de estudos no que diz respeito a análise de vivências de mulheres em um contexto específico, a Polícia Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa foi qualitativa, visto que considerou o contexto a partir de uma perspectiva integrada, ou seja, não houve preocupação apenas com determinado fenômeno em si, mas com todo um ambiente social, histórico e subjetivo que o compunha. A participação das policiais foi através de entrevistas, tendo como base um roteiro de perguntas semiestruturadas, em que elas puderam discorrer acerca das vivências em seus cotidianos de trabalho. As entrevistas foram analisadas através do conceito de práticas discursivas, seguindo os pressupostos teóricos de Michel Foucault. Identificamos alguns enunciados transversalizados nas falas das participantes, que auxiliaram na compreensão de como essas mulheres se produzem subjetivamente em seus contextos laborais. Foram desenvolvidas quatro categorias de análise de acordo com os enunciados que mais nos chamaram a atenção, a saber: o corpo e a farda, ações de cuidado com o outro, contribuição da instituição família e, por fim, saúde mental no contexto de trabalho. Com esta pesquisa, consideramos que há a necessidade de investimentos em estratégias de promoção e atenção em saúde mental para policiais militares no estado do Paraná, em especial as mulheres, pois não há um espaço qualificado que abarque a questão da sobrecarga institucional sobre os sujeitos existente nesse contexto. Neste sentido, esta dissertação pode dar suporte a estudos posteriores voltados a promoção e prevenção da saúde mental de policiais, visto que se preocupou com a produção de subjetividade de mulheres policiais, dando destaque à saúde delas.

Palavras-chave: Polícia militar. Mulheres policiais. Trabalho. Gênero. Subjetividade.

Grisoski, D. C. (2019). **Police women:** production of subjectivity in a Battalion of the Military Police of Paraná. 106 p. (Masters Dissertation in Psychology). State University of Londrina, Londrina.

ABSTRACT

The present dissertation aimed to understand the production of subjectivity of military police women, considering their work experiences, and, in view of this, to analyze what developments these experiences can bring to the health of these women, taking into account conceptions of the Mental Health field and work. The survey included the participation of six police officers working in a Military Police Battalion in the state of Paraná. We are based in the field of gender studies, because, in our society, there is an idea of division of functions according to sex, the profession of military police being one of them. Therefore, this research is part of this field of studies with regard to the analysis of women's experiences in a specific context, the Military Police of Paraná (MPPR). The research was qualitative, since it took into account a context from an integrated perspective, that is, there was not only concern with a particular phenomenon itself, but with a whole social, historical and subjective environment that composes it. The participation of the police was through interviews, based on a script of semi-structured questions, in which they could discuss the experiences in their daily work. The interviews were analyzed through the concept of discursive practices, following the theoretical assumptions of Michel Foucault. We identified some transversal statements in the participants' statements, understanding how these women are subjectively produced in their work contexts. Four categories of analysis were developed according to the statements that most caught our attention, which were named as: the body and the uniform, care actions with the other, contribution of the family institution and mental health in the work context. With this research, we realized that there is a need for investments in promotion strategies and mental health care for military police officers in the state of Paraná, especially police women, as there is no qualified space that covers the issue of institutional overload on existing subjects. in that context. In this sense, this dissertation can support further studies aimed at promoting and preventing mental health of police officers, in addition to being a study that was concerned with the production of subjectivity of police women in particular, with special emphasis on the health of this public.

Keywords: Military police. Police women. Work. genre. Subjectivity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFBNB	Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil
AI	Ato Institucional
APRA	Associação de Praças do Estado do Paraná
BPGd	Batalhão da Polícia da Guarda
BPM	Batalhão da Polícia Militar
BPTran	Batalhão da Polícia de Trânsito
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
CRPM	Comandos Regionais da Polícia Militar
MPF	Movimento Político Feminino
OFAGs	Organizações Femininas Auxiliares de Guerra
PCS	Pelotão de Comando e Serviços
PMPR	Polícia Militar do Estado do Paraná
RPMon	Regimento de Polícia Montada
SJD	Setor de Justiça e Disciplina
WAAC	Corpo de Auxiliar do Exército das Mulheres (Women's Army Auxiliary Corps)
WASP	Serviço Aéreo para Mulheres (Women Airforce Service Pilots)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	INSTITUIÇÕES MILITARES: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XXI	16
2.1	AS NOÇÕES DE INSTITUIÇÕES MILITARES A PARTIR DO SÉCULO XVII.....	16
2.2	POLÍCIA MILITAR E OS PROCESSOS DE INSERÇÃO DAS MULHERES.....	23
3	TRABALHO, GÊNERO, SAÚDE E SUBJETIVIDADE	31
3.1	TRABALHO E SUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	31
3.2	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	38
3.3	MULHERES E POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	40
4	PERCURSO METODOLÓGICO	48
5	O PRODUZIR-SE-SE MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	57
5.1	O CORPO E A FARDA	57
5.2	RELAÇÕES DE CUIDADO COM O OUTRO	67
5.3	CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA.....	73
5.4	SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE TRABALHO.....	77
6	ARGUMENTAÇÕES FINAIS	86
7	REFERÊNCIAS	89
	ANEXOS	95
	ANEXO A– Roteiro de Entrevista.....	96

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	99
ANEXO C – Aprovação Comitê de Ética	102

1. INTRODUÇÃO

Boa parte da sociedade não tem interesse nenhum [pela Polícia Militar], sabe que existe uma farda, mas não que é um homem ou uma mulher que está ali dentro dessa farda, que possui família, que possui sentimentos, é um ser humano (Joana d’Arc)¹

Sempre admirei livros, teses, dissertações, entre outros, que começam com frases de algum autor ou autora, relativamente conhecido/a². Sendo assim, desde o dia em que iniciei minha trajetória no mestrado, me peguei várias vezes perguntando sobre qual seria o trecho escolhido para iniciar minha própria produção. Em meio a esses pensamentos, e sem conseguir decidir o/a autor/a que citaria, percebi que a melhor escolha seria um trecho da fala de uma das participantes de minha pesquisa, que, quando indagada sobre suas vivências, comentou sobre a complexidade de ser uma policial militar. A farda, as armas, a virilidade, a bravura, a violência, são símbolos e características ligados aos policiais militares, que, por vezes, podem ser reduzidos a esses símbolos.

Cresci sendo uma menina que sempre ouvia frases como “mulher, para ser bonita, precisa sofrer”, “mulher precisa ser magra”, “mulher não pode beber demais, precisa se cuidar”, “mulher precisa ser delicada”. Essas premissas foram se tornando um “fardo” para mim, visto que passei a enxergar a vida a partir de normas que eram associadas à figura de uma mulher ideal. Citando um trecho de uma música do cantor Criolo (2011), “não precisa sofrer pra saber o que é melhor pra você”, hoje compreendo que, embora as circunstâncias nos levem a isso, ser mulher não precisa necessariamente ser um “fardo”. E depois de todas essas

¹ No início de cada seção serão citados trechos das entrevistas realizadas durante a pesquisa. Os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios. A escolha destes nomes será explanada na seção “Percurso metodológico”.

² A introdução foi em primeira pessoa, pois retrata alguns relatos sobre minha trajetória de vida e acadêmica. O restante da dissertação está escrito na terceira pessoa.

compreensões, pude aprender muito com as mulheres que mantive contato ao longo de minha pesquisa.

Nasci em uma família cercada de militares, todos homens, e sempre ouvi deles que ser militar não é uma profissão, mas um estilo de vida. Essa afirmação me instigava sobre como as vivências na Polícia Militar envolvem a subjetividade de um sujeito. Quando precisei escolher o tema de minha pesquisa de conclusão de curso, a qual chamávamos na graduação de “Prática de Pesquisa em Psicologia”, o tema escolhido foi exatamente esse: processos de subjetivação em policiais militares.

Durante o período de realização daquela pesquisa, conversei com policiais, fiz levantamentos teóricos, li muito sobre o tema. Entretanto, sempre associava militarismo à masculinidade. Até que um dia fui questionada por minha orientadora sobre a possibilidade de entrevistar uma mulher policial. E isso nunca havia passado pela minha cabeça. Foi então que percebi um pré-julgamento de minha parte sobre a Polícia Militar ser “um lugar de homem”.

Esse pré-julgamento me deixou interessada em pesquisar a Polícia Militar através de relatos de mulheres policiais, decidindo qual seria o tema de minha pesquisa de mestrado: a produção de subjetividade de mulheres policiais. Assim, pergunto: como é usar uma farda quando também se carrega o “fardo” de ser mulher? É sobre isto que discorrerei nessa dissertação. “Fardo” no sentido de que mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos do que os homens, realizando jornadas duplas. Também dedicam mais tempo em atividades que envolvem o cuidado com o outro (IBGE, 2019). “Fardo” no sentido de que mulheres levaram onze décadas a mais do que os homens para tornarem-se policiais no estado do Paraná.

Analisando a partir de uma perspectiva acadêmica, salienta-se que não há muitas pesquisas consolidadas, a nível de mestrado e doutorado, em instituições públicas de ensino

superior paranaenses, que abarquem temas que envolvam mulheres na Polícia Militar do Paraná (PMPR).

Em um levantamento realizado no banco de teses e dissertações de dez instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná (UEL, UEM, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP, UNESPAR, UFPR, UTPR, IFPR e UNILA), utilizando-se as palavras-chave “mulheres policiais”, apenas três resultados foram condizentes à pesquisas que envolvam a atuação de mulheres na PMPR, sendo elas: a dissertação “Valores e atitudes sobre os papéis de gênero na Polícia Militar do Paraná”, produzida por Marcos Aparecido de Souza pelo programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela UEM (Souza, 2014), a tese “Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)”, elaborada por Andréa Mazurok Sachactae pelo programa de Pós-Graduação em História pela UFPR (Schactae, 2011), e a dissertação “Violência(s) de gênero e território: mulheres trabalhadoras da segurança pública no litoral paranaense”, feita por Denise Schneider, no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, também pela UFPR (Schneider, 2015). Nota-se que, se tratando das instituições paranaenses, o tema de mulheres na PMPR ainda é pouco explorado, ainda mais no que diz respeito ao campo da Psicologia.

Por compreender a Polícia Militar como uma instituição predominantemente masculina, com esta pesquisa busquei desenvolver discussões sobre a produção de subjetividade de mulheres que estão envolvidas no contexto da Polícia Militar, em especial a do estado do Paraná, visando compreender a produção subjetiva dessas mulheres e os desdobramentos das experiências laborais sobre sua saúde delas.

A dissertação desenvolveu um percurso teórico-metodológico pautado em conceitos elaborados pelo filósofo Michel Foucault, dando especial destaque aos conceitos de disciplina, corpos dóceis, poder, saber, dispositivos, subjetividade, processos de subjetivação, entre outros. Para tal, tomamos como referência algumas obras clássicas do autor, como

“Vigiar e punir” (2004), a coletânea “História da sexualidade” (2017), “Microfísica do poder” (2008a), entre outros; além de textos produzidos por comentadores do filósofo. Por se tratar de uma pesquisa no campo dos estudos de gênero, foram realizadas interlocuções entre Foucault e autoras de referência desse campo, tais quais Joan Scott e Judith Butler, e algumas de suas comentadoras.

A pesquisa foi dividida em quatro seções e considerações finais. A primeira seção apresenta uma compreensão histórica sobre as instituições militares e seus modos de funcionamento, desde meados do século XVII à contemporaneidade. Destaca-se a instauração destas instituições no Brasil, em específico no estado do Paraná, enfatizando a forma de inserção de mulheres nas instituições militares brasileiras, fundamentalmente na Polícia Militar.

A seção dois apresentou e discutiu o conceito de trabalho, problematizando o campo da divisão sexual do trabalho e enfatizando o contexto brasileiro. Também foram abordadas perspectivas teóricas sobre os estudos de gênero, realizando uma análise crítica sobre a Polícia Militar do Paraná (PMPR), entendida como um contexto constituído historicamente como masculino.

A apresentação da metodologia de pesquisa foi abordada na terceira seção, onde salientamos os caminhos percorridos na dissertação, as fontes bibliográficas e as estratégias utilizadas. A seção também apresenta uma problematização sobre a escolha do método qualitativo para o tema abordado e os objetivos propostos.

A quarta e última seção é composta pela análise dos dados da pesquisa e está dividida em quatro categorias de análise, construídas a partir dos enunciados que se destacaram nas entrevistas realizadas, abordando como as mulheres participantes se produzem subjetivamente em suas trajetórias laborais e os desdobramentos dessas na saúde delas.

Por fim, foram desenvolvidas as considerações finais. Nelas foram retomados, de forma breve, os pontos discutidos ao longo da dissertação, enfocando os principais resultados obtidos.

2. INSTITUIÇÕES MILITARES: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XXI

[...] a Polícia é uma instituição que era masculina, agora já não é, porque a mulherada está vindo com tudo, está vindo com força (Milunka Savic)

A presente seção visa traçar uma compreensão histórica sobre as instituições militares e seus modos de funcionamento, dando destaque ao Exército francês do século XVII, pautado em estratégias disciplinares, que acabaram perpassando as instituições militares de outras nações, inclusive Portugal, país colonizador do Brasil. Sendo assim, as instituições militares brasileiras, entre elas a Polícia Militar, também foram compostas por tal modelo de formação.

Também abordamos, aqui, algumas perspectivas sobre a instauração destas instituições no Brasil, em específico no estado do Paraná, com especial atenção para a inserção de mulheres na Polícia Militar.

2.1 AS NOÇÕES DE INSTITUIÇÕES MILITARES A PARTIR DO SÉCULO XVII

Foucault (2008a), afirma que anteriormente à segunda metade do século XVII, o Exército francês apresentava critérios amplos para o recrutamento dos soldados que iriam adentrar à instituição. “Até a segunda metade do século XVII, não havia dificuldade em recrutar soldados – bastava ter dinheiro. Encontravam-se, em toda a Europa, desempregados, vagabundos, miseráveis disponíveis para entrar no exército de qualquer nacionalidade ou religião” (Foucault, 2008a, p.61).

Entretanto, a partir do final deste mesmo século, começou-se a instaurar uma noção de disciplina, modificando-se assim os elementos responsáveis pelo funcionamento das instituições militares, aproximando-se dos modelos conhecidos atualmente. A disciplina não é uma instância única, mas um conjunto de métodos e estratégias específicas que visam

promover um determinado modo de organização e funcionamento de uma sociedade (Foucault, 2004). A disciplina se faz presente em um meio social, perpassando diversas instituições, entre elas as instituições militares.

Para Foucault (2008a), as primeiras modificações a partir de estratégias disciplinares nas instituições militares começaram a aparecer no contexto do Exército francês, no século XVII. Este novo formato institucional era tido enquanto uma técnica de distribuição espacial dos indivíduos dentro do âmbito do Exército, visando que a eficácia dos sujeitos na instituição fosse maior. Como bem afirma o autor, a distribuição espacial dos sujeitos se destacava como “técnicas de gestão de homens” (p. 61).

Mendes (2006), abarcando discussões sobre disciplina, tal como proposto por Foucault, enfoca que esta tende a produzir leis e regularidades predominantes, atuando diretamente nos corpos dos sujeitos. Segundo o autor:

Para Foucault, o corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. Sintetizando, pode-se dizer que, para Foucault, o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um *locus* físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares [...] que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas (Mendes, 2006, p. 168, destaque do autor).

A disciplina é, assim, desenvolvida e aplicada como: “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2004, p. 118). A atuação da disciplina sobre os corpos pauta-se na ideia de que sujeitos podem ser treinados, aperfeiçoados, controlados enfim, disciplinados, a partir das normas impostas em um contexto.

No Exército francês do século XVII, o aperfeiçoamento das novas técnicas disciplinares tinha o intuito de fazer com que os soldados se tornassem mais eficazes, aproximando-se da imagem de um soldado ideal, propagado pelo discurso institucional e associada à bravura, controle, ordem, coerção, heroísmo, dentre outros, regularizando-os. Foucault (2004) caracterizou essa regularização dos sujeitos como corpos dóceis.

Assim, a noção de corpos dóceis foi constituída atrelada às estratégias disciplinares. O corpo docilizado significa o corpo obediente às regras. E, por ser obediente, está sempre voltado à uma questão de utilidade social e/ou institucional. Os sujeitos docilizados são produzidos de forma individualizada, ou seja, há o investimento em cada pessoa. Cada indivíduo é treinado, a partir de técnicas específicas, para que possa estar de acordo com a regulamentação de determinado contexto:

[...] não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (Foucault, 2004, p. 118).

Para Foucault (2004) a produção de técnicas disciplinares se opera através de uma vigilância hierárquica. Ou seja, para que sejam disciplinados, os sujeitos são constantemente vigiados. Essa é uma maneira coercitiva de fazer com que indivíduos desenvolvam comportamentos, gestos, atividades, entre outros, de acordo com normas e regulamentos institucionais.

Em uma sociedade disciplinar, esta vigilância hierárquica e coercitiva atua até o ponto de não se tornar mais necessária, quando esses atos disciplinares são internalizados pelos indivíduos. A disciplina é produzida pela interiorização de normas o que, não necessariamente, requer a figura física de algo ou alguém (Foucault, 2008a).

As técnicas disciplinares administram sujeitos impondo normas e padrões de comportamentos que devem ser seguidos, produzindo um discurso que é tido como uma verdade em um campo social (Foucault, 2008a). A construção desses discursos pode ser vista como uma forma de poder.

O poder se encontra presente nas relações sociais, propondo formas de saber e de verdade em um tempo histórico (Foucault, 1999). Até meados do século XVII, o poder constituía-se a partir de uma soberania, sendo representado por uma única figura. Posteriormente, com a modernidade, o poder passou a estar presente nas relações que perpassam uma sociedade, sendo relações de poder e não um poder absoluto. Estas relações se constituíram por meio de mecanismos disciplinares, denominados como poder disciplinar. Esse poder começou a percorrer os meios sociais, manifestando-se através da regulação dos indivíduos e das instituições.

[...] o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a "disciplina". Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade, o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 2004, p. 161, destaques do autor).

Foi no século XVIII que a disciplina se constituiu enquanto uma estratégia de poder, tratando-se de um método de regulação de sujeitos em determinado corpo social. Deste modo, o poder disciplinar se caracterizou como uma forma de dominação em que “[...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault, 2004, p. 121).

Percebemos que, através do desenvolvimento de estratégias disciplinares, o Exército e as instituições militares em geral, se produziram como elementos voltados ao dispositivo da ordem. Para Foucault (2008b), um dispositivo consiste em uma rede que se estabelece entre os elementos que formam um conjunto, como, por exemplo, discursos, instituições e organizações arquitetônicas. Os dispositivos são produzidos por um universo essencialmente estratégico e dominante sendo eles:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba o discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2008b, p. 244).

Assim, a instituição Exército que começou a se configurar no século XVII, foi atrelada a um discurso de verdade pautado, em parte, na figura de um soldado ideal. Podemos perceber que as características ligadas a esses soldados tinham como foco a obediência às normas institucionais e a utilidade social, podendo ser vistas enquanto dispositivo da ordem que influenciou as instituições militares em diversos contextos, entre eles o Brasil.

Analisando a historiografia das instituições militares brasileiras, Fausto (2012), aponta que o setor militar apresentou contribuição direta no que diz respeito ao sistema político da nação. O primeiro presidente eleito no Brasil, no ano de 1889, marechal Deodoro da Fonseca, estava ligado ao setor militar, em especial ao Exército.

Além do marechal Deodoro da Fonseca, vários outros militares estiveram na Presidência da República, principalmente no que diz respeito ao período a partir da segunda metade do século XX. Sobre isso, Nascimento (2011), ressalta:

Em 31 de março de 1964 uma intensa movimentação de tropas militares comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho exige que o então presidente da república, João

Goulart, renuncie ao seu cargo. Como consequência, os militares tomam o poder e inauguram um novo marco na história contemporânea do Brasil (p. 02).

Com isso, afirmamos que instituições militares foram protagonistas no cenário político brasileiro, levando em conta que, além da presença de militares na conjuntura política dos anos anteriores, os mesmos tomaram o poder no país por meio da instauração de uma ditadura militar. O Brasil ficou sob os comandos de militares entre os anos 1964 a 1985

Fausto (2015), abordando questões históricas referentes ao período da ditadura militar ocorrida no país, ressalta que o movimento que se iniciou em 1º de abril do ano de 1964 tinha o intuito de livrar o país da corrupção e das ameaças do comunismo. Tal discurso vinha sendo pregado por um grupo de militares ligados ao Exército Brasileiro, Marinha e Aeronáutica da época. Para tal, a forma de governar começou a ser modificada através de repetitivos decretos oficiais denominados Atos Institucionais (AI), que eram definidos por comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, sendo estes justificados em decorrência "do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções" (Fausto, 2015, p. 465).

O período ditatorial contou com militares no posto da presidência da República, todos eleitos de forma indireta. O último presidente eleito de forma indireta foi Tancredo Neves, no ano de 1985. Devido a complicações na saúde, a posse de Tancredo Neves não aconteceu. O mesmo veio a falecer em 21 de abril do mesmo ano, sendo José Sarney, o vice-presidente, que ocupou o cargo, caracterizando assim o fim do regime militar, dando espaço à redemocratização da sociedade brasileira (Fausto, 2015).

Analisando os aspectos das instituições militares que perpassaram o cenário político e social brasileiro, é possível compreender que essas instituições estão intimamente ligadas às relações de poder em um contexto social vigente. Relações de poder que não estão presentes apenas quando destacamos a presença efetiva do setor militar no governo federal, mas também a partir da idealização dos sujeitos que compõe as instituições militares como

detentores da segurança, da ordem, da disciplina, sendo, portanto, sujeitos tidos como ideais através da elaboração de uma verdade perpassada por um modelo disciplinar, produzindo, dessa forma, um corpo social que atravessa um contexto por um todo.

As instituições militares brasileiras representam, ao longo da história, uma imagem de grande valor social, que ainda se encontra presente na contemporaneidade. Essa imagem é atrelada não apenas à força física e ao rigor disciplinar, mas também é composta por outros atravessamentos, como a dimensão política.

Dando destaque, especificamente, o funcionamento da Polícia Militar brasileira, esta instituição é diretamente ligada às instâncias de Segurança Pública, que tem como objetivo ofertar segurança à população. Vários fatores relacionados ao bem-estar da população se encontram como funcionalidade de tais instâncias, como iluminação pública, perícia forense e Ministério Público, por exemplo, sendo que manter a Segurança Pública se coloca pela Constituição como um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos os cidadãos (Brasil, 1988).

Brêtas e Rosemberg (2013) destacam que a fundação da polícia brasileira ocorreu com a consagração da Intendência Geral da Polícia, em 1808, e da Guarda Real da Polícia, em 1809, instituições exclusivamente masculinas.

[...] nota-se, nos interstícios do funcionamento policial, a emergência de demandas inerentes às especificidades do serviço prestado, do lugar social ocupado pelo policial, bem como, num nível mais elevado da esfera hierárquica, as reivindicações do monopólio de um saber particular e específico — o policial — que, ao mesmo tempo que o diferencia de outras ocupações, cria uma identidade própria, que surge desse contraste (Bretas & Rosemberg, 2013, p. 170).

A sistematização das matrizes funcionais das autonomias policiais (civil, militar, central e local) se consolidaram durante a Primeira República (1889-1930), havendo, neste

mesmo período, a constituição de um policiamento militar contínuo, que agia sob as ordens do Estado (Brêtas & Rosemberg, 2013).

Nos dias de hoje, a Polícia Militar tem como função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, sendo dividida em 27 eixos, cada qual representando um estado brasileiro, caracterizando-se como uma força da Segurança Pública e Defesa Social do Brasil (Brasil, 1988). A Polícia Militar dos diversos estados brasileiros, dentre esses, o Paraná (PMPR), atua como Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro. Seus integrantes são denominados Militares dos Estados, bem como os membros do Corpo de Bombeiros (Brasil, 1988).

A Polícia Militar do estado do Paraná (PMPR) foi fundada como uma unidade de Caçadores em 10 de agosto de 1854, sendo denominada, então, Companhia da Força Policial da Província do Paraná, passando por oito nomenclaturas diferentes até chegar a atual denominação, instituída em 1946 (Paraná, 2019). Tal instituição divide-se em seis Comandos Regionais da Polícia Militar (CRPM), que abrangem 27 Batalhões da Polícia Militar (BPM), além de Unidades Especializadas: Batalhão da Polícia de Trânsito (BPTran), Regimento de Polícia Montada (RPMon), Batalhão da Polícia Militar de Fronteira, Batalhão da Polícia de Guarda (BPGd) e as Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPM) (Polícia Militar do Paraná, 2020).

2.2 POLÍCIA MILITAR E OS PROCESSOS DE INSERÇÃO DAS MULHERES

As mulheres não adentraram à Polícia Militar juntamente com os homens, tanto no Paraná quanto nos demais estados. Assim, nesta subseção, contextualizamos de maneira geral, em quais condições ocorreram a entrada das primeiras turmas de oficiais de mulheres na Polícia Militar no Brasil, em específico no estado de São Paulo, pioneiro na incorporação de

mulheres. Focaremos também no estado do Paraná, visto ser o cenário desta pesquisa e ter sido o segundo estado brasileiro a possuir mulheres no âmbito da Instituição Militar (Moreira, 2017).

De acordo com Moreira (2017), a partir da década de 1930 discursos sufragistas reivindicaram, dentre outras pautas, a atuação de grupos de policiamento feminino no estado de São Paulo. Tais discussões ocorreram até meados da década de 1950. Outra circunstância que contribuiu para os debates sobre a criação de uma Polícia Feminina no âmbito brasileiro, especificamente no estado paulista, foi o contexto Pós-Guerra. Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma abertura para as mulheres no mercado de trabalho o que fez com que as ocupações de cargos por mulheres acabassem se diversificando, fortalecendo discussões acerca da inserção delas em espaços públicos. As Organizações Femininas Auxiliares de Guerra (OFAGs), que fizeram parte do cotidiano brasileiro entre os anos 1942 a 1945, também propuseram, implicitamente, discussões sobre a implementação de uma Polícia Feminina, visto que as OFAGs deram espaço para que mulheres tivessem experiências com o ambiente militar, pois seguiam o modelo do Exército da época, ou seja, possuíam um rígido regulamento disciplinar.

O chamado Movimento Político Feminino (MPF), criado na década de 1930 no estado de São Paulo, em meados de 1940 também propôs discussões sobre a necessidade de uma Polícia composta por mulheres. As mulheres participantes do MPF enfatizavam tal necessidade através do apoio à campanha paulista denominada “Polícia dos Amigos da Cidade”, implementada em 1947, que buscava aumentar o número de policiais, vistos como amigos da cidade, propondo desenvolver uma vigilância do território urbano, prevenindo possíveis revoltas dos cidadãos. Segundo Moreira (2017), outras argumentações do movimento para a criação de tal forma de policiamento eram que a Polícia Feminina não utilizasse a força bruta e que se responsabilizasse pelas mulheres encarceradas.

Moreira (2017) salienta que os discursos contidos nas reivindicações acerca da criação da nova forma de Polícia, estavam ligados a uma concepção de feminino como sinônimo de cuidado, sendo tal discurso reforçado por mulheres paulistas intelectuais da época.

Após mais de duas décadas de reivindicações, em dezembro do ano de 1955, um grupo de mulheres passou a ser oficialmente responsável pela execução da atividade policial no estado de São Paulo, sendo este o primeiro estado brasileiro a utilizar o policiamento feminino (Moreira, 2017).

Analisando tais conjecturas a respeito da inserção do primeiro policiamento feminino no Brasil, destaca-se a ideia de que a entrada de mulheres nas instituições militares possuía um intuito de “maternalização da sociedade” (Moreira, 2017, p. 89), reproduzindo as tarefas, por elas executadas na vida privada, no âmbito da vida pública. Ou seja, mantendo as categorias sociais da sociedade da época que as classificavam como mais frágeis e mais cuidadosas, ao lado dos menores e idosos.

A concepção de um discurso social de que mulheres têm, em sua maioria, suas funções voltadas ao cuidado com o outro é abordado por Zanello (2018). Para a autora, a partir da constituição de uma sociedade capitalista, em meados do século XVIII, começou-se a associar mulheres às funções de maternidade, privilegiando unicamente suas características fisiológicas. “Foi por meio da diferença física (colocada em foco) que as diferenças sociais puderam ser naturalizadas” (Zanello, 2018, p. 41).

Com a revolução industrial, o mercado econômico necessitava de maior mão de obra, e havia um grande índice de mortalidade infantil na sociedade da época, que precisava ser revertido para que pudessem existir mais trabalhadores vendendo mão de obra por um preço mais barato. Dessa forma, o mercado econômico se apoderou do discurso de que mulheres têm uma habilidade inata para serem mães amorosas, transformando-o em uma característica vista como natural. Para tal, o discurso de uma maternidade ideal passou a ser fortalecido

também pelas instituições religiosas, Estado e saberes médicos, através da consolidação da figura de uma mulher/mãe ligada a uma verdade social que deveria ser seguida.

Como aponta Zanello (2018, p.42): “Não se trata aqui de negar a diferença corporal, mas apontar que certas diferenças foram eleitas em determinado momento histórico para justificar desigualdades sociais”, que dizem respeito à apropriação de que o cuidado com o outro é uma característica predominantemente feminina, o que faz com que mulheres possam desenvolver maior preocupação para com outras pessoas do que para com elas mesmas, a fim de atender a figura de uma mãe ideal. Para a autora, isso poderia ser chamado de “colonização afetiva” (Zanello, 2018).

Com a colonização afetiva funções de cuidados com o outro passaram a ser relacionadas às mulheres, não apenas nas esferas privadas, mas também nas esferas públicas. Um exemplo sobre essa questão condiz com a própria inserção de mulheres à Polícia Militar no estado de São Paulo, visto que a então Polícia Feminina possuía o encargo de executar funções preventivas e ligadas ao cuidado com os compreendidos naquele momento como mais vulneráveis.

Zanello (2018) caracteriza estes papéis sociais de mulheres voltadas ao cuidado com o outro a partir do que ela denominou como “dispositivo materno”, que condiz com uma ideia de moral socialmente internalizada, que se volta à solicitação de atividades de dedicação, educação, entre outras, que as pressionam para que renunciem aos cuidados de si ou os coloquem em segundo plano. Assim, “a criança [...] passou a exigir vigília constante e o abandono de outras atividades e interesses pessoais dos adultos, no caso, as mães – aquelas consideradas como ‘cuidadoras’ naturais do rebento” (Zanello, 2018, p. 127, destaque da autora).

Em contrapartida, no século XVIII, os homens passaram a ser caracterizados pela “[...] ação energética, a atividade sexual, a coragem, a resistência física e moral, o controle de si

(emoções e corpo), cabendo a eles o âmbito público e o trabalho reconhecido e remunerado” (Zanello, 2018, p. 177). Segundo a autora, tais características, associadas ao público masculino, produziram o que ela denominou como “dispositivo da eficácia”.

A partir deste dispositivo, houve o embrutecimento masculino, ou seja, a ideia de que um homem deve exercer controle sobre suas emoções para que possa (re)afirmar sua força e sua virilidade. O termo virilidade condiz com uma ideia de masculinidade, que, com a modernidade, foi associada a questões de dominação, não apenas da dominação do masculino sobre o feminino, mas também em diversos aspectos do convívio social. “Ou seja, uma masculinidade firmada sobre a dominação, pautada em diversas virilidades (sexuais, guerreiras, laborais, etc.), as quais foram se modificando em importância ou significado, ou surgindo a depender do momento histórico” (Zanello, 2018, p. 178).

Os argumentos de Soares e Musumeci (2005) corroboram com o exposto, ao alegarem que a inserção de mulheres à Polícia Militar e o policiamento feminino representariam o que foi chamado de “humanização” da Polícia Militar, tratando-se de um trabalho mais preventivo e menos repressivo. As autoras enfatizam alguns aspectos em comum dessas instituições nos estados brasileiros e afirmam que as Polícias Militares, ao inserirem mulheres às suas lógicas de funcionamento, tinham o intuito de “[...] adotar, diante da população, uma face mais humana, moderna e profissional” (Soares & Musumeci, 2005, p. 177).

Nota-se que a inserção de mulheres nas Polícias após vários anos da constituição dessas instituições é uma característica presente em todos os estados do Brasil. Através de dados de um levantamento realizado no ano de 2003 por Soares e Musumeci (2005), destaca-se que o último estado brasileiro a contar com a presença feminina na Polícia Militar foi Rondônia, em 1999. No ano do levantamento, muitos estados ainda não haviam unificado os quadros que diziam respeito aos cargos e funções de homens e mulheres, havendo, portanto, divisões de gênero na instituição. Sobre essa unificação dos quadros, os estados da Paraíba,

Rio Grande do Norte e São Paulo não apresentavam a unificação, enquanto Amapá, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rondônia e Sergipe não informaram sobre o assunto (Soares & Musumeci, 2005).

Em 1975, houve a aprovação da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, autorizando, a partir do ano seguinte, o ingresso de mulheres nas corporações. Através da aprovação do Decreto de Lei nº 3238, em abril de 1977, instituiu-se a então Polícia Feminina, sendo, como dito anteriormente, o segundo estado a aderir a entrada de mulheres nas corporações (Moreira, 2016).

A inserção feminina na categoria de oficiais da Polícia Militar do Paraná na década de 1970, foi prevista a partir da necessidade de criação de uma “nova polícia”, ou seja, idealizava-se a figura da mulher como sendo menos viril e mais cuidadosa. Conseqüentemente, acreditava-se que isso resultaria em uma polícia mais preventiva e menos repressiva, visando a realização de tarefas específicas dentro da instituição, sendo o policiamento preventivo uma delas, assim como ocorria na Polícia Feminina do estado de São Paulo (Moreira, 2016). Esta “nova polícia” estava envolta em um discurso de “humanização da polícia”, já que mulheres eram tidas na época como figuras de auxílio, proteção, maternagem e boa moral. “A opção da corporação policial militar foi por reforçar o estereótipo feminino vinculado à essência biologicamente determinada e que se contrapõe à concepção de virilidade” (Moreira, 2016, p. 189).

Em 1979, foi criada uma diretriz estadual com o intuito principal de propor normas de comportamento para as policiais femininas do Paraná. A Diretriz nº. 076/79, tratava da apresentação pessoal das policiais, como por exemplo, vestimenta, uso de acessórios e penteados, sob uma forma de normatização, determinando punições para aquelas que não estivessem enquadradas no padrão exposto no documento vigente, como, por exemplo, o afastamento ou o desligamento da corporação (Moreira, 2016).

Assim, a PMPR permaneceu até 2000 com duas divisões: a Polícia Militar, que abrangia apenas soldados homens, e a Polícia Militar Feminina, que abrangia mulheres. Esta última ficou em vigor entre os anos de 1977 e 2000. Schactae (2015), afirma que a extinção da Polícia Feminina do Paraná no ano de 2000 fez com que as mulheres fossem incorporadas na mesma instituição que os homens. A extinção, ocorreu por meio da Lei nº 12.975, sancionada pela Assembleia Legislativa do Paraná. Posteriormente, foi criada a Lei nº 14.804 de 2005, que destina os lugares para homens e mulheres na PMPR, trazendo os seguintes termos:

[...]§ 2º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino (Lei nº14.804, 2005, s/p).

Esta lei, válida até os dias de hoje, colocou, em teoria, uma igualdade de gênero na instituição, pois, a partir de sua promulgação, pode existir uma equivalência entre os gêneros na instituição, já que as mulheres poderão representar até 50% dos policiais. Vale destacar que, com o limite de 50%, jamais serão maioria.

Entendemos que a Polícia Militar espelha-se em uma figura do soldado ideal do século XVII, que representa a bravura, a força, a ordem e a virilidade, sendo essas características consideradas como masculinas. Portanto, nos questionamos sobre a preocupação da PMPR em manter-se predominantemente masculina, visto que há a exigência de que mulheres não ultrapassem 50% da corporação. Logo, é possível associar essa predominância masculina com a necessidade de a instituição se manter viril.

Entretanto, mesmo que de acordo com a Lei nº 14.804 (2005) seja inviável uma preponderância feminina na instituição, atualmente a PMPR não encontra-se mais dividida quanto às funções designadas para o policial e a policial, constituindo, juridicamente, uma

única instituição. Do ponto de vista de gênero é apenas uma, e não duas, como era o caso da divisão da Polícia entre os anos de 1977 a 2000. O estado do Paraná conta atualmente com batalhões que possuem oficiais homens e mulheres exercendo, do ponto de vista institucional, os mesmos cargos e funções.

No ano de 2018, o Comando Geral da Polícia Militar do estado do Paraná foi assumido, pela primeira vez em 164 anos de história, por uma oficial mulher. O processo para um indivíduo assumir o Comando Geral da Polícia Militar de um estado se dá através da indicação do chefe executivo do mesmo (Projeto de Lei nº 4.934, 2016). Todavia, no início do ano de 2019, o cargo de Comandante Geral foi repassado, novamente, para um oficial homem.

Pudemos perceber que a inserção de mulheres na Polícia Militar, não apenas no Paraná, mas também nos demais estados brasileiros, foi pautada por um ideal de uma polícia mais humanizada e preventiva. Como apontam Soares & Musumeci (2005, p. 129-130, destaque das autoras)

[...] a suposta humanização pode igualmente ser percebida apenas como efeito ornamental, como mera introdução de um “toque feminino”, na ação mais estereotipada do termo [...] Em meio aos múltiplos sentidos atribuídos à ideia de humanização, emerge outra dimensão, mais latente, pouco percebida e explicitada, das supostas propriedades humanizadoras das mulheres.

As autoras afirmam a existência de categorias que são associadas a uma ideia de feminino socialmente elaborada. Apesar dessas categorias serem configuradas em um meio social, as mulheres participantes da presente pesquisa se inseriram em uma instituição tida como predominante e historicamente masculina, indicando um aspecto importante que será discutido na seção a seguir.

3. TRABALHO, GÊNERO, SAÚDE E SUBJETIVIDADE

[...] eu não posso falhar, se eu falhar, [...] foi um erro meu. Então assim, eu fico naquela pilha sempre, porque sempre vejo dando algumas “zicas” assim ali [no trabalho] (Maria Quitéria)

[...] às vezes, as pessoas olham uma mulher, acham que ela não vai ser capaz de desempenhar a atividade ali [na PM], por ser mulher[...]. Então, eu acredito que as pessoas acham sim que as mulheres não vão desempenhar tão bem as funções quanto os homens (Joana d’Arc)

Esta seção tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito de trabalho. Daremos especial destaque aos aspectos que perpassam às relações de trabalho contemporâneas, levando em conta conceitos elaborados pelo filósofo Michel Foucault.

Trazemos problematizações sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil, bem como refletimos sobre o que é gênero, tendo em conta produções teóricas de algumas autoras que, ao tratarem deste tema, defendem o gênero como uma categoria de análise, inclusive das relações de trabalho. Na sequência, realizamos uma análise teórica sobre a PMPR como um contexto constituído historicamente como masculino, sob a perspectiva de que as instituições, entre elas, as militares, são configuradas por processos dinâmicos, destacando a (re)constituição dos papéis tidos como femininos na PMPR.

3.1 TRABALHO E SUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Para Dejours (1998), o conceito de trabalho é caracterizado enquanto uma importante forma de afirmação da identidade por parte do sujeito que trabalha, sendo seus conteúdos pessoais solicitados para a realização dos processos de trabalho.

[...] o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a

capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar (Dejours, 2004, p. 27).

Desta forma, as relações e os processos de trabalho estabelecidos entre um indivíduo e seu fazer são produtores de subjetivação. Através dos cotidianos laborais, os indivíduos dão sentido às suas realidades, transformando-as a partir de suas experiências, histórias de vida e contextos. As relações de trabalho estão interligadas às formas com que um sujeito se (re)constitui subjetiva, social, política, histórica, econômica e fisicamente, produzindo, assim, sua subjetividade. Ao se inserir em um trabalho, um sujeito traz consigo experiências prévias de vida, desejos, motivações conferindo a ele características únicas (Dejours, 1993).

Nardi (2006) também relaciona trabalho e subjetividade. Para ele, o trabalho se apresenta como um eixo que perpassa as estruturas socioeconômicas, culturais e valores de um contexto social. Assim, o trabalho é um fator essencial para a estruturação de formas de viver, visto que o trabalhar é um dos meios com que os indivíduos dão sentido às suas vivências, estando estas intimamente relacionadas à produção de sua subjetividade. Segundo o autor, a subjetividade é composta a partir de uma interdependência entre o individual e o coletivo, ou seja, é através das vivências coletivas que os sujeitos podem compreender e transformar suas ações individuais. Essas vivências são constituídas por conjuntos de normas socialmente definidas que, dispostas em determinado contexto, também estão ligadas às experiências subjetivas de um indivíduo.

[...] pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos (Nardi, 2006, p. 24).

Sobre o conceito de subjetividade, Foucault (2004) afirma que esta é o modo de agir e de ser de um sujeito considerando os diversos elementos de um determinado campo social, como, por exemplo, as relações de poder e de saber. Assim, a subjetividade é constituída por experiências e produz efeitos nas maneiras de viver, estando constantemente fazendo-se e desfazendo-se ao longo do tempo, variando de acordo com determinada época e lugar, sendo constituída através de processos históricos. A constituição de subjetividade é denominada por Foucault (2017b) como processos de subjetivação.

Nos baseando na ideia de relações de poder, Foucault (2008b), propõe o poder como algo relacional, perpassando os níveis macro e microssocial de um contexto histórico e não em uma forma fixa, atuando através de práticas sociais compostas historicamente, por exemplo, em relações entre sujeitos, famílias, instituições, entre outros; estando nas mais diversas esferas sociais “[...] já que poder é a força que constitui os sujeitos e que está presente em toda a sociedade” (Nardi, 2006, p. 25), inclusive nos contextos de trabalho.

O poder é correlacionado às formas de saber, que também são socialmente constituídas, havendo relações de saber-poder. O saber é um campo que produz as relações entre os sujeitos e os jogos de verdade estabelecidas e legitimadas em determinado contexto por práticas dominantes. Esses jogos de verdade são denominados como conjuntos de princípios que constituem o que são ou não vistos socialmente como corretos. São as construções de lógicas específicas para um funcionamento social, efeitos de relações de saber-poder existentes em cada conjuntura, a partir de regras, normas de condutas e dispositivos. A ideia de verdade condiz com as formas com que os sujeitos governam uns aos outros e também governam a si mesmos (Foucault, 2013).

Candiotto (2006) compreende que há uma articulação entre a produção de verdade e os processos de subjetivação, considerando que um sujeito se produz subjetivamente a partir de suas experiências históricas e sociais, as quais são articuladas pelos jogos de verdade.

[...] aquilo que denominamos verdade não possui um significado unívoco sendo, antes, um jogo histórico, uma enunciação dramática: ela pode ser o mecanismo do qual dispomos para preencher o vazio que constitui nosso pensamento finito, ou a justificação racional que elaboramos para compreender nossas práticas cotidianas, ou ainda o escudo protetor que adquirimos diante das vicissitudes que nos ameaçam (Candiotto, 2006, p. 73).

Portanto, salientamos que não existe uma verdade universal, mas sim algo constituído pelas práticas históricas e sociais. Além dos processos de subjetivação, a produção de verdade também está articulada ao que Foucault (2017a) denominou de sujeição. Butler (2018) tomando como referência o pensamento foucaultiano discorre sobre como a sujeição se apresenta através do corpo:

A sujeição é literalmente, a *feitura* de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente *age sobre* determinado indivíduo como forma de dominação, mas também *ativa* ou forma o sujeito (Butler, 2018, p. 90, destaque da autora).

O indivíduo sujeitado deve obediência às normas, comportando-se de acordo com as mesmas. Lembramos que Foucault (2004) caracterizou disciplina enquanto técnica de regulação de sujeitos. As técnicas disciplinares incidem principalmente sobre os corpos, que podem ser treinados a partir do objetivo de adequá-los a um discurso de verdade os tornando sujeitos mais eficientes, produtivos, docilizados e controlados.

A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (Foucault, 2004, p. 142, destaque do autor).

Dessa forma, a disciplina se articula por processos e métodos de vigilância contínuos sobre os sujeitos, podendo ocorrer através da coerção e/ou manipulação do medo da punição (Foucault, 2004). As estratégias coercitivas fazem com que os indivíduos se sintam vigiados constantemente. Ou seja, a disciplina é internalizada a ponto de um indivíduo não necessitar ser vigiada por alguém, senão que por si mesmo. O objetivo de tais estratégias é manter os sujeitos obedientes, úteis e produtivos.

Levando em conta o contexto da Polícia Militar, é possível considerá-la como uma instituição disciplinar. Sobre isso, podemos dar como exemplo as ações que geram as chamadas transgressões disciplinares, que são caracterizadas como infrações culpáveis executadas por policiais que vão contra as condutas estabelecidas pela instituição. Obediência às ordens de superiores, cumprimento de horários, demonstrar interesse pelos serviços e convivência pacífica, são alguns exemplos das condutas típicas esperadas pelos/as policiais da PMPR (Cunha, 2019).

A transgressão disciplinar por definição não é um crime, mas uma contravenção que fere os valores da vida militar, da disciplina e da hierarquia, que são os fundamentos das instituições militares, fazendo com que o transgressor possa ser punido com o cerceamento da liberdade. A prisão administrativa poderá ocorrer na forma de detenção ou prisão a ser cumprida em estabelecimento militar (Cunha, 2019, s/p).

Esta noção de transgressão disciplinar, como o próprio nome diz, é condizente com a perspectiva de que indivíduos têm o dever de cumprir as normas impostas para que possam ser vistos como úteis e produtivos dentro dessa conjuntura, tanto por parte de seus superiores quanto pela sociedade.

Outro exemplo em que podemos visualizar a PMPR como uma instituição disciplinar são os critérios para a promoção de carreiras, ou seja, o que um sujeito deve realizar para “subir” de patente. No ano de 2015, foi elaborada uma lei para a promoção de carreira de

praças³estaduais e os critérios para tal promoção passaram a consistir em: antiguidade, merecimento, *post mortem* ou reforma por invalidez, casos extraordinários (por ressarcimento de preterição) e tempo de permanência na graduação (Associação de Praças do Estado do Paraná [APRA], 2015). Todavia, esta lei só entrou em vigor a partir de 05 de julho de 2018, com a publicação nº 10224 do Diário Oficial da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná (Lei nº 19.583, 2018).

Nos atentamos para um dos itens citados, merecimento, que se caracteriza como aquele “[...] que se baseia no conjunto de qualidades e atributos que distinguem e realçam o valor do praça entre seus pares, avaliados no decurso da carreira, em conformidade com o quadro de pontuações estabelecidas nesta lei” (APRA, 2015, p. 04). São somados pontos para o item merecimento: tempo de serviço e cursos realizados. São descontados pontos por: punições disciplinares e penas criminais sofridas, bem como, falta de aproveitamento em cursos oficiais (APRA, 2015).

O item merecimento condiz com o que Foucault (2017a) denominou por código moral, ou seja, como um conjunto de valores, normas e ações sustentados a partir do intermédio de instituições diversas, como escolas, igrejas, família. Podemos perceber que no caso da Polícia Militar é a partir deste ideal de um código moral que as ações dos sujeitos que compõe a instituição PMPR são levadas em consideração para a determinação do merecimento das promoções de suas carreiras.

Os exemplos aqui postos também perpassam a ideia do medo da punição enquanto uma estratégia de regulação de sujeitos, tornando-os docilizados e obedientes a um discurso que se sustenta em uma determinada verdade de um campo social. O discurso de verdade dessa instituição, consiste na lógica de que os sujeitos serão punidos caso não desempenhem

³ A nomenclatura praça é referente à uma das classes dos níveis hierárquicos dos postos da PMPR, que são praças e oficiais. Há uma subdivisão nessa classe que os denomina como praças, praças graduadas e praças especiais. Ver em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Insignias>.

condutas idealmente aceitáveis para a PMPR, como, por exemplo, não sejam pontuais, não executem corretamente os serviços a eles conferidos, não obedeçam às ordens de seus superiores, entre outros, o que está diretamente ligado aos processos de subjetivação dos sujeitos que estão neste meio.

Abordando as relações entre subjetividade e trabalho, destacamos a área do conhecimento Saúde Mental e Trabalho, que propõe um diálogo entre diversos campos, como a medicina social, saúde pública, sociologia, engenharia e psicologia, estabelecendo uma forma de compreensão mais complexa sobre as relações entre os processos de saúde e as realidades de trabalho. Os estudos em Saúde Mental e Trabalho abarcam a relação entre subjetividade e trabalho, que, como citada por Jacques (2003), se propõe a valorizar aspectos qualitativos e experiências objetivas e subjetivas diretamente ligadas aos trabalhadores.

Consideramos a saúde tal como apresentada por Canguilhem (2009). O autor conceitua saúde a partir do que denominou como dinamismo vital, que se refere às formas de um sujeito experimentar novas situações de vida, sendo o poder transformador das experiências de um sujeito em um meio social. Ele apresenta a ideia de dinamismo vital para pensar os processos de saúde e de doença, pois caracteriza saúde como um fenômeno ampliado, que envolve os modos de ser, produzir e recriar a vida de maneiras singulares, tendo em conta uma multidimensionalidade de fatores sociais e individuais.

Canguilhem (2009) também realiza uma crítica às definições baseadas em um modelo biologicista, que apresenta a saúde como um dispositivo social de normalização. Compreende que, como o surgimento da clínica moderna, a saúde e a doença passaram a ser lidas e interpretadas a partir de um olhar médico clínico, propondo um padrão estético e social sobre o que é visto como saudável.

Foi considerando a saúde como um fenômeno ampliado (Canguilhem, 2009), ou seja, não apenas voltado ao campo biológico, e associado às relações de trabalho que fundamentamos as análises desenvolvidas na presente dissertação.

3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A divisão sexual do trabalho é o campo de estudos que abrange os papéis sociais destinados para homens e mulheres em um meio laboral, problematizando a presença e a concentração de cada sexo em determinadas áreas. Esta perspectiva de estudos foi proposta a partir da inserção feminina no mercado de trabalho formal, que acabou naturalizando alguns âmbitos laborais como masculinos ou femininos, mesmo que de forma implícita, pois, a partir da década de 1980, houve um aumento significativo na porcentagem de mulheres que trabalham formalmente em vários países, estando dentre estes, o Brasil (Bruschini & Lombardi, 2000). Assim, a divisão sexual do trabalho é um campo ligado a uma plasticidade: “suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos/as e historiadores/as. O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 600).

Bruschini e Lombardi (2000) defendem que a categoria de gênero tem efeitos no mercado de trabalho formal, o que se desdobra na diferença salarial, entre outros aspectos, fazendo com que os ganhos femininos, em sua maioria, sejam inferiores aos masculinos. Atualmente, no contexto brasileiro, a diferença salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho pode chegar à 53%, causando uma inferioridade salarial delas em diversos cargos e áreas de atuação. Outro fato a ser ressaltado, é que mulheres são minorias em posições de maior reconhecimento e prestígio social, como chefias e diretorias organizacionais (Cavallini, 2018).

A expansão da presença de mulheres no mercado de trabalho recebeu contribuições dos movimentos sociais ocorridos no Brasil por volta das décadas de 1960 e 1970. Tais movimentos reivindicavam, dentre outros aspectos, melhores condições de trabalho para as trabalhadoras, buscando também a diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres nos contextos de trabalho (Bruschini e Lombardi, 2000).

Outro aspecto importante é de que há o entendimento de que o aumento da inserção de mulheres no mercado de trabalho foi um “fator de emancipação feminina” (Barro, 2008, p. 74). As mulheres teriam passado a assumir novas atividades e responsabilidades, proporcionando-lhes maior igualdade no que diz respeito aos papéis sociais. Em contrapartida, desde o pioneirismo feminino em cargos de trabalho assalariado, houve uma tendência social por separar homens e mulheres em determinadas profissões, o que foi denominado como segregação horizontal nas relações de emprego, sendo este um dos fatores que contribui para a distribuição de salários desiguais entre homens e mulheres, e pela concentração de mulheres em empregos que são considerados culturalmente como femininos (Barro, 2008). Deste modo, “[...] as mulheres continuam excessivamente concentradas em ocupações consideradas femininas, do tipo assistencial, como professora, enfermeira e secretária, funções que reproduzem a divisão tradicional do trabalho no lar” (Barros, 2008, p. 75).

Além da segregação horizontal, o mundo do trabalho também conta com a segregação vertical de relações de emprego. Esta, por sua vez, dificulta o alcance de mulheres aos cargos tidos como superiores e de liderança. Segundo Barros (2008, p.77)

As principais razões apresentadas para justificar a exclusão das mulheres desses cargos referem-se à dificuldade de submeter os homens às suas ordens, à falta de qualificação das mesmas e à descontinuidade das carreiras femininas, principalmente em face da gravidez, parto e cuidados com os filhos.

Mesmo com a alta inserção feminina no mercado de trabalho formal a partir das décadas de 1960 e 1970, as mulheres encontraram dificuldades para ocupar cargos de reconhecimento social, fato que ainda é identificado atualmente (Barros, 2008).

Analisando o pioneirismo de mulheres na profissão de policial militar no estado do Paraná a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho, podemos compreender tal entrada como uma externalização do trabalho doméstico (Hirata & Kergoat, 2007), visto que a criação da então Polícia Feminina do Paraná, tinha como objetivo formal a humanização da instituição e de seus procedimentos. Entendemos que a relação entre mulheres e trabalho doméstico é tida, também, como uma concepção historicamente construída e ligada a um código moral, que justifica a ideia de que mulheres têm o dever de desempenhar funções domésticas e de cuidado com o outro, como exposto anteriormente.

Resgatando que é através de um código moral que os sujeitos vão reconstituindo seus modos de ser, dando sentido às suas experiências e produzindo subjetivamente (Foucault, 2017a), essa noção de externalização do trabalho doméstico pode estar intimamente relacionada à produção subjetiva de mulheres que compõe a PMPR, como discutiremos a seguir.

3.3. MULHERES E POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

De acordo com Barros (2008), até meados do século XX, a concepção de gênero era relacionada diretamente às determinações biológicas, acreditando-se que a “natureza” dos homens era diferente da “natureza” das mulheres, como, por exemplo, as mulheres eram vistas como cuidadoras e delicadas, considerando que são as fêmeas que possuem a

capacidade de se reproduzir, devendo, portanto, ter a responsabilidade de cuidar de seus descendentes.

[...] a harmonia entre os distintos componentes do gênero, como traços de personalidade, atitudes, valores, preferências de comportamento, induz à conclusão de que o homem tem inclinações naturais para funções viris, e a mulher possui inclinações naturais para a esfera doméstica e privada, como evidencia a sua capacidade de ser mãe (Barros, 2008, p. 67).

As concepções em relação ao conceito de gênero foram se reconfigurando a partir dos contextos políticos e sociais de cada momento histórico. O desenvolvimento dos estudos de gênero teve colaboração, principalmente, de movimentos sociais que se destacaram a partir da segunda metade do século XX, sendo de grande importância o movimento feminista (Barros, 2008).

Zanello (2018), afirma que, a partir do século XVIII, houve a instituição de papéis sociais que associavam o feminino à delicadeza, submissão, e, principalmente, à função de mãe, compreendendo que essa imposição socialmente articulada causou incômodos em algumas mulheres. Segundo autora:

[...] esse desconforto [...] em relação a esses papéis sociais fortaleceu a possibilidade de contestá-los. Isso ocorreu em várias esferas: pesquisas acadêmicas, como as realizadas por Mead, na Filosofia, a partir das contribuições de Beauvoir, e nos movimentos sociais, evidentemente presentes a partir da década de 60 do século passado (Zanello, 2018, p. 42).

Dando importância ao movimento feminista, destacamos algumas características desse movimento para que possamos inter-relacioná-lo ao conceito de gênero. O feminismo seria “[...] uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes”

(Narvaz & Koller, 2006, p. 648), tendo em vista a existência ao longo da história da valorização das experiências masculinas colocadas como referências a serem alcançadas. Assim, o movimento feminista pode ser definido didaticamente a partir de três momentos que ficaram conhecidos como “ondas do feminismo” (Narvaz & Koller, 2006, p. 649). Entretanto, cabe ressaltar que essas etapas não foram compostas a partir de questões de causa e efeito cronologicamente estabelecidas ou sucessivas, mas por uma transversalidade de acontecimentos sociais.

A primeira onda consolidou-se na primeira metade do século XX, ganhando visibilidade, principalmente em países como França, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha, a partir do sufrágismo, que foi um movimento que criticava a proibição do voto feminino, exigindo a igualdade dos direitos civis, políticos e educativos entre homens e mulheres.

A segunda onda começou a ter visibilidade entre as décadas de 1960 e 1970, principalmente nas sociedades francesa e estadunidense. Neste período, reconstituíram-se discussões e reivindicações acerca dos direitos femininos, dando especial importância aos direitos reprodutivos e sexuais. Estudiosas que se atentavam a esse tema, levavam em consideração a ideia de opressão social sobre as mulheres fazendo com que fossem implicadas em papéis sociais como mães e donas de casa (Narvaz & Koller, 2006). O movimento feminista defendia uma concepção de que masculino e feminino não eram construídos apenas pela natureza biológica, mas perpassavam, também, a questão social, sendo constituídos biológica e socialmente (Barros, 2008).

A terceira onda, por volta da década de 1980, com influência do movimento filosófico pós-estruturalista, enfatizava a questão das diferenças, da subjetividade e das singularidades de experiências entre sujeitos. As discussões sobre gênero passaram a ser voltadas para a concepção de “[...] relação, primordialmente política, que ocorre num campo discursivo e

histórico de relações de poder” (Narvaz & Koller, 2006, p. 650), não havendo uma forma única de ser mulher ou ser homem em um contexto social.

Compreendia-se as categorias de gênero como uma dinâmica integral produzida por ordens sociais, legitimando escolhas e limites no que diz respeito ao que é tido socialmente como feminino e masculino. Estas discussões propostas principalmente pelo movimento feminista, mas não somente, tiveram grande contribuição aos estudos de gênero. Mas também houve críticas, sobretudo indicando que a categoria gênero enfraqueceria a luta das mulheres, indicando assim um movimento heterogêneo (Barros, 2008).

Uma importante colaboração sobre as discussões sobre gênero foi feita por Joan Scott (1995), que se destacou no período da terceira onda do feminismo. Ela conceitua gênero como a organização da sociedade sobre as distinções sexuais, sendo essas constituídas a partir de instâncias psicológicas, sociais e biológicas. Esta organização produz uma hierarquia que normatiza essas diferenças de uma forma binária, causando uma idealização sobre o que é o feminino e o que é o masculino. Em outras palavras, há uma expectativa por parte da sociedade em relação às formas de vida de homens e de mulheres de acordo com os papéis sociais de gênero que foram estabelecidos. Com isso, segundo ela, o gênero pode ser considerado como uma categoria de análise histórica (Scott, 1995).

Nesta pesquisa, também tomamos como referência as perspectivas sobre gênero produzidas por Judith Butler, que articula os estudos de gênero à teoria de Michel Foucault. Butler (2019) compreende gênero a partir do conceito que ela denominou como performatividade, ou seja, a formação de um corpo é sempre compreendida através da cultura de um período, um corpo é produzido através de convenções sociais e culturais, que dão significado às experiências dos sujeitos. Segundo Butler (2019, p.15)

“[...] performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido, em parte, como culturalmente sustentado na duração temporal.

Butler (2019) salienta que corpos são produzidos culturalmente, a partir da repercussão constante de determinado discurso dominante presente nas práticas cotidianas, através de ações repetidas, as quais foram chamadas de performance. Para a autora, há uma relação direta entre performance e performatividade, pois um conceito não existe sem o outro. Sobre isso, Borba (2014, p. 450) argumenta: “performatividade é o que possibilita, potencializa e limita a performance”.

Assim, “[...] o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, uma classe natural de ser” (Butler, 2019, p. 69). As performances de gênero não acontecem livremente, pois são atreladas à uma estrutura culturalmente constituída. Dessa forma, “[...] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (Butler, 2019, p. 21, destaque da autora).

O gênero está, assim, interligado à constituição dos sujeitos, que vão se produzindo através de uma repetição de atos estilizados construídos através do tempo, e que podem se modificar de acordo com a cultura e o contexto social. Desse modo, a performatividade dos corpos está associada ao conceito de ideal regulatório. Esse ideal atua a partir de práticas reguladoras sobre os corpos, normatizando-os e voltando-os a categorias previamente definidas, como, por exemplo, o ideal de corpo masculino e feminino. “As normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual” (Butler, 2000, p. 111).

Até o começo do século XX os gêneros eram atrelados às condições biológicas. Nogueira (2001) salienta que esse ponto de vista sobre condições biológicas foi dando espaço às ideias de traços de personalidade divididos em uma dualidade que representa o masculino enquanto viril, em contraponto ao feminino como dócil.

[...] grande número de pessoas continua a acreditar em distintos posicionamentos de homens e mulheres face à vida, atitudes relacionadas com o trabalho ou com a família, motivações, comportamentos e traços de personalidade. Os traços como independência, agressividade e dominância continuam a ser associados a homens, e a sensibilidade, emocionalidade e gentileza às mulheres (Nogueira, 2001, p. 16).

Esses traços de personalidade são atrelados às normas e comportamentos que socialmente se espera que sejam seguidos pelas pessoas de cada sexo, os quais se interligam à produção subjetiva. Nesse sentido, considerando a ideia de Foucault (2004) de que a subjetividade condiz com a produção de sentidos que cada sujeito dá às suas experiências em determinado contexto, sendo uma construção histórica, podemos ressaltar que um sujeito pode produzir-se subjetivamente de acordo com as normas socialmente estabelecidas. Entendemos que as características atreladas à masculinidade e à feminilidade que perpassam nossa sociedade contemporânea partem do desenvolvimento de um discurso envolto em uma ideia de verdade, que condizem com um ideal de normas sociais.

Quanto aos atributos ligados à masculinidade, Connell (1995) traça uma concepção de que existem múltiplos formatos de masculinidade, sendo, portanto, masculinidades. Esses formatos seriam articulados de acordo com cada contexto histórico, constituindo tensões de forças entre essas masculinidades em que “[...] grupos lutam por um domínio através da definição social da masculinidade” (Connell, 1995, p. 191).

Assim, há um formato de masculinidade que é tido como predominante o qual categoriza os homens como viris, fortes, eficazes. Entendemos que essa masculinidade

predominante perpassa à instituição PMPR, já que esta se reproduz historicamente através de discursos dominantes e práticas institucionais. Associando a PMPR a essa noção de masculinidade, é possível afirmar que as instituições militares “[...] reproduzem um ideal de masculinidade que é vinculado a concepção de honra identificadora do militar e dessas instituições” (Schactae, 2016, p. 20).

Entretanto, há um ponto convergente no que diz respeito ao ideal de masculinidade na instituição e a instauração da figura feminina, visto que este ideal “[...] é o norteador da construção da identidade institucional, e a presença do sexo feminino rompe com a ordem estabelecida pela tradição” (Schactae, 2016, p. 20). Neste sentido, podemos observar que os ideais desta instituição, sejam masculinos ou femininos, não se apresentam como estáticos e lineares, se reconstituindo constantemente. Um exemplo possível dessa reconstituição foi a entrada de mulheres na instituição a partir da proposta de uma “nova polícia”, mais cuidadosa, preventiva, sensível, o que favoreceu uma idealização das mulheres policiais, implicando em uma diferenciação entre as funções que deveriam ser executadas de acordo com o sexo (Moreira, 2016).

Todavia, mesmo que houvesse uma diferenciação entre as funções femininas e masculinas, as mulheres acabavam sendo cobradas para apresentarem traços como virilidade, bravura, força física, entre outros, ou seja, precisavam adaptar-se ao universo até então unicamente masculino. Esses traços condizem com as configurações do dispositivo da eficácia, conforme proposto por Zanello (2018), que produz a exaltação de características que foram apropriadas historicamente por um ideal de masculinidade.

Pensando nas mulheres que fazem parte da PMPR, entendemos que a subjetividade dessas mulheres pode ser capturada pelas lógicas predominantemente masculinas atreladas à essa instituição. Todavia, a entrada delas na instituição também trouxe uma movimentação nesse universo, demonstrando que este é um local passível de reconstituição. É nesse sentido

que Moreira (2016), destaca que a inserção feminina na PMPR iniciou um processo de ruptura com o binarismo de gênero.

No entanto, Ribeiro (2017), afirma que a igualdade de gênero no cotidiano das instituições policiais ainda é cercado por obstáculos simbólicos, ressaltando que, em uma pesquisa em que analisou questionários respondidos por policiais militares, homens e mulheres, de todo o Brasil, houve a sustentação da ideia de que a Polícia Militar é um nicho essencialmente masculino, já que, grande parte dos participantes, acreditavam que os atributos de policiais, como virilidade e força, são características masculinas. Em 2015, apenas 12,3% dos policiais militares brasileiros eram mulheres, sendo a Polícia Militar a instituição policial com menor índice feminino entre seus membros no Brasil. A autora também frisa que, dificilmente as polícias mundiais chegam ao patamar de 30% de mulheres em suas constituições, contando com uma média de 18% (Ribeiro, 2017).

Compreendemos que a forma com que as mulheres policiais dão sentido às suas experiências e se produzem subjetivamente estão atravessadas por uma ideia de exaltação da virilidade, além de outros atributos que são tidos como masculinos. Com isso, ainda há, do ponto de vista simbólico, o binarismo de gênero do período em que havia a divisão entre as Polícias feminina e masculina. Entretanto, os sujeitos vão elaborando suas maneiras de viver através dos contextos sociais aos quais se encontram e vão interferindo/transformando estes contextos. Esse é o ponto que consideramos em nossas análises e discussões, tomando como referência os discursos trazidos pelas mulheres que participaram da pesquisa desenvolvida.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

A seção em questão tem como foco apresentar os caminhos percorridos nesta dissertação, destacando as fontes bibliográficas e as estratégias utilizadas. Também problematizamos o método qualitativo enquanto escolha metodológica para trabalhar o tema abordado, salientando como o objetivo proposto foi alcançado.

O objetivo principal da pesquisa, foi compreender a produção de subjetividade de mulheres policiais militares, considerando suas experiências laborais. Estas policiais eram atuantes em um Batalhão da Polícia Militar de um município do norte do estado do Paraná. Para tal, propusemos enquanto objetivos específicos levar em consideração, através de pressupostos teóricos do filósofo Michel Foucault acerca do conceito de práticas discursivas, qual a relação das experiências dessas mulheres com a forma com que as mesmas se produzem enquanto sujeitos em uma instituição tida historicamente como masculina; e, a vista disso, analisar quais os desdobramentos que essas experiências podem trazer para a saúde dessas mulheres, tendo em conta concepções do campo Saúde Mental e Trabalho e dos estudos de gênero.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi a qualitativa. Godoy (1995) enfatiza que pesquisas do tipo qualitativa têm a característica de trabalhar com fenômenos a partir de uma perspectiva integrada, ou seja, não há a preocupação apenas com um determinado fenômeno em si, mas com todo um contexto social que o compõe. No presente trabalho existiu a preocupação com o contexto social no qual as policiais militares participantes da pesquisa se produziam. Neste tipo de pesquisa, segundo Godoy (1995, p.21)

[...] o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista

relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Tendo em conta as características principais de pesquisas qualitativas, considera-se que não há preocupação com o tamanho da amostragem, pois os principais focos são as estratégias para se desenvolver o objetivo pesquisado, e não a amostra propriamente dita.

Narita (2006) destaca que, para o desenvolvimento de uma pesquisa de campo qualitativo, é preciso estabelecer um conhecimento do contexto sociocultural e histórico do universo a ser trabalhado. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida valorizou as singularidades dos sujeitos participantes, dando enfoque aos conteúdos particulares trazidos por cada uma delas.

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com cada participante. Para a realização das entrevistas, utilizou-se um roteiro semi dirigido (Anexo A). Fraser e Gondim (2004), discutindo a percepção de entrevistas no âmbito de pesquisas qualitativas, compreendem o ato de entrevistar como uma forma geral de interações sociais, as quais valorizam a utilização das palavras, dando sentido a uma realidade, destacando a compreensão de realidades particulares. A utilização de entrevistas enquanto estratégia de pesquisa, possui a vantagem de

[...] favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem neste contexto de interação, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais (Fraser & Gondim, 2004, p. 140).

As entrevistas semiestruturadas tendem a combinar perguntas abertas e fechadas para que a pessoa entrevistada possa discorrer sobre o tema proposto, seguindo o formato de uma conversa. Essa técnica tem a característica de permitir o acesso a alguns conteúdos subjetivos

de um indivíduo. O/A pesquisador/a não pode se esquecer que cada um dos participantes possui uma singularidade, assim, no decorrer de uma pesquisa, participantes que se encontram em um contexto em comum poderão possuir diferentes perspectivas acerca de determinado assunto (Boni & Quaresma, 2005).

As participantes foram convidadas através da estratégia denominada amostragem Bola de Neve (Snowball Sampling). Vinuto (2016) compreende tal estratégia enquanto uma amostra não-probabilística, a qual se pauta na formação de cadeias de referência entre os participantes. Seu ponto de partida se dá a partir da escolha do participante denominado por *semente*, que diz respeito a um sujeito que apresenta as características necessárias para a unidade de análise, e que aceite a participação na pesquisa. Por conseguinte, a semente é solicitada a indicar mais contatos que apresentem as mesmas características da unidade de análise, formando, conseqüentemente, uma rede de contatos.

A estratégia Bola de Neve pode ser indicada para estudos em que os sujeitos que se desejam pesquisar “[...] estão espalhados por uma grande área” (Vinuto, 2016, p. 204), o que foi adequado para esta pesquisa, uma vez que as participantes são pertencentes a um Batalhão da Polícia Militar.

Anteriormente ao início de cada entrevista, a pesquisadora comentou sobre como seria o processo, bem como foram esclarecidas as dúvidas das participantes. Na sequência, foi explicado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) e assinado pelas participantes. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sob o Parecer nº 2.978.926 (Anexo C).

As entrevistas foram gravadas em áudio, que foram transcritos na íntegra pela pesquisadora. Estas gravações se deram enquanto uma estratégia auxiliadora no processo de análise de dados, tendo em conta que os conteúdos foram transcritos e lidos diversas vezes

antes do início da análise. Após as transcrições, as gravações foram arquivadas e serão guardadas por um período de cinco anos, após esse tempo as mesmas serão descartadas.

O local da realização das entrevistas ficou ao critério das participantes, para que elas escolhessem os lugares em que ficassem mais à vontade para conversar. A pesquisadora entrou em contato com cada participante para agendar o local, data e horário da preferência de cada uma. Dessa forma, cada entrevista ocorreu em um lugar distinto, sendo eles: as residências das policiais, praça de alimentação de um local público e o próprio Batalhão da PMPR. As entrevistas ocorreram entre novembro de 2018 a maio de 2019.

Seis mulheres participaram das entrevistas, não havia um critério quanto ao nível hierárquico ocupado pelas participantes, o único ponto em comum deveria ser o Batalhão da PMPR em que elas atuavam. Entretanto, devido à amostragem Bola de Neve ser pautada na indicação entre os integrantes da pesquisa, as policiais acabavam indicando mulheres de seu convívio, sendo assim, todas as participantes se encontravam no mesmo nível hierárquico, qual seja, o de soldado. Apesar disso, não era o objetivo da pesquisa priorizar a participação de uma patente.

Sobre as características de cada participante, apresentamos aqui alguns dados pessoais das mesmas, para que seja possível uma melhor compreensão de seus contextos existenciais e laborais: Maria Quitéria, na época tinha 31 anos, atuava como soldado na área administrativa (Setor de Justiça e Disciplina), era casada, sem filhos, estava na PMPR há 03 anos. Joana d'Arc tinha 34 anos, era soldado, atuava na área administrativa no setor da tesouraria, casada, não tinha filhos e atuava na PM há 12 anos. Jovita Feitosa, que estava com 26 anos, seu trabalho era na área administrativa (setor de comunicação social), era solteira, sem filhos e estava há três anos na PM. Flora Sandes, tinha 29 anos, atuava na área administrativa como auxiliar do consultório médico do Batalhão, era divorciada, sem filhos e atuava na Polícia há 07 anos. Milunka Savic, tinha 37 anos, fazia parte do policiamento de trânsito, era casada,

tinha duas filhas, atuando há 05 anos na PM. Por fim, Jacqueline Cochran, estava com 36 anos, atuava no policiamento de trânsito, era casada, tinha uma filha e estava há 03 anos na Polícia.

Cabe ressaltar que todas as participantes, no momento das entrevistas, recebiam um salário básico de R\$ 4.000,00 e possuíam ensino superior completo. Como todas eram soldados, primeira patente na escala hierárquica da Polícia Militar, não haviam atuado em posições diferentes.

Como não havia um número pré-definido de mulheres que participariam da pesquisa, quando notamos que os conteúdos das entrevistas apresentavam saturação em relação com os nossos objetivos, finalizamos a realização das entrevistas e iniciamos a análise de dados.

Por cuidado ético, utilizamos nomes fictícios. Os nomes escolhidos atribuem-se às mulheres que fizeram parte da história do militarismo, deixando, assim, suas marcas. Tais nomes escolhidos foram:

- a. Maria Quitéria, que, conhecida como mulher-soldado, durante a década de 1820, tornou-se oficialmente a primeira mulher integrante de uma unidade militar em terras brasileiras (Ministério da Defesa, 2019). Levando em conta seu pioneirismo, este nome irá condizer à primeira mulher a ter participado desta pesquisa.
- b. Joana d'Arc, a qual, com apenas 16 anos, durante o ano de 1429, utilizando cabelos curtos e trajes considerados masculinos, foi nomeada pelo rei Carlos VII como comandante do Exército da França, sendo considerada uma importante personagem histórica para o estado nacional francês (Bezerra, 2019).
- c. A terceira participante foi denominada como Jovita Feitosa, que, assim como Joana d'Arc, cortou os cabelos e utilizou de trajes considerados masculinos para integrar o Exército. A brasileira alistou-se na instituição para que pudesse lutar na Guerra do Paraguai, ocorrida durante o século XIX. Mesmo ovacionada enquanto

heroína, no ano de 1865 foi impedida de lutar na Guerra do Paraguai pelo Ministro da Guerra devido a sua condição de mulher (Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil [AFBNB], 2018).

- d. A quarta participante foi chamada de Flora Sandes. Nascida em 1876, Flora foi reconhecida como a única mulher britânica a servir, como soldado oficial, na Primeira Guerra Mundial. Ela serviu ao Exército Real Sérvio, sendo, inicialmente, uma voluntária e, posteriormente matriculando-se formalmente. Flora foi promovida a sargento-mor e, ao fim da guerra tornou-se capitã, sendo condecorada com sete medalhas (Castelow, 2019).
- e. Milunka Savic foi o nome designado para referir-se à quinta participante. Milunka foi uma mulher sérvia que, aos 24 anos, em 1913, vestiu-se como homem e apresentou-se ao Exército sérvio com o nome de seu irmão caçula, para que pudesse participar da Segunda Guerra dos Balcãs. Nesta guerra, conquistou sua primeira medalha. Por sua insistência em continuar no Exército, a jovem continuou participando de batalhas mesmo após seu oficial descobrir que, na verdade, ela se tratava de uma mulher. Savic também participou da Primeira Guerra Mundial, sendo reconhecida como a mulher mais condecorada da história das guerras (Mdig, 2019).
- f. Por fim, a sexta e última participante foi nomeada como Jacqueline Cochran. Esta, foi uma mulher estadunidense que, na década de 1950, foi pioneira no campo da aviação, contribuindo para a formação do Corpo Auxiliar do Exército (WAAC) dos Estados Unidos, e dos pilotos do Serviço Aéreo para Mulheres (WASP) (Tikkanen, 2019).

Os dados coletados ao longo da pesquisa foram explorados a partir do viés da análise de práticas discursivas, seguindo os pressupostos teóricos de Foucault, que, em sua obra “A

ordem do discurso” (2014), propõe pensar discursos como práticas que se constituem em meio as relações de poder e de verdade. Foucault (2013) compreende que a noção de poder atua nas relações entre sujeitos em um contexto social, estando ligado ao que foi denominado como verdade.

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2013, p. 10).

Compreende-se um discurso como um conjunto de enunciados que são constituídos por um suporte histórico e institucional, sendo compostos pelos saberes e formas de verdades de determinada época e contexto. Fischer (2001, p. 199) destaca que um discurso busca demonstrar “[...] a inexistência de estruturas permanentes, responsáveis pela constituição da realidade”, ou seja, discursos não são universais, mas sim descontínuos, formando-se nas práticas sociais.

Foucault (2013) argumenta que as práticas discursivas configuram-se como: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2013, p. 133). Tais práticas não se fazem presentes apenas nas formas de verbalizações, mas também nas condutas dos sujeitos que acontecem em um campo social, perpassando às relações de poder e de verdade (Foucault, 2014).

Pensando um discurso como um conjunto de enunciados, frisamos que, enquanto conceito, enunciados são costumes sociais, ou seja, gestos, comportamentos, circunstâncias, entre outros, levando em consideração concepções históricas e subjetivas. Encontram-se nas transversalidades de frases, proposições ou atos de linguagem. Assim, uma formação discursiva desenvolve-se a partir de um emaranhado de enunciados (Foucault, 2014).

Por sua vez, os enunciados ocasionam as chamadas enunciações, que são as formas com que os sujeitos se constituem ao vivenciar determinado enunciado. As enunciações são acontecimentos singulares para cada indivíduo.

A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. Essa singularidade, entretanto, deixa passar um certo número de constantes - gramaticais, semânticas, lógicas - pelas quais se pode, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição (Foucault, 2013, p. 114).

Enfatizamos que as práticas discursivas são intimamente ligadas à produção de sujeitos sociais, visto que os processos de subjetivação em diferentes indivíduos também são efeitos dessas práticas. Nos enunciados emergentes das falas das participantes, e na transversalidade entre as práticas discursivas e ideia de uma verdade social, destacamos que as trabalhadoras podem se produzir enquanto sujeitos na experiência de trabalho, que pode ser compreendido enquanto modos de existência, além de produção de serviços, ações, etc.

A presente pesquisa possuiu o intuito de, através da análise do discurso segundo as concepções de Michel Foucault sobre relações de poder, verdade e práticas discursivas' escutar as mulheres participantes, buscando analisar as enunciações e os enunciados envolvidos em seus cotidianos no contexto de trabalho.

A análise foi realizada a partir dos enunciados e das enunciações que se destacaram ao longo das entrevistas. Dividimos os enunciados a partir de quatro categorias de análise para que pudéssemos discorrer sobre as enunciações das mulheres policiais, compreendendo como essas mulheres se produzem subjetivamente em relação às suas trajetórias laborais. As categorias de análise serão apresentadas a seguir.

5. O PRODUZIR-SEMULHER NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A presente seção tem como intuito analisar os discursos compartilhados nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa. As análises foram feitas a partir de pressupostos teóricos do filósofo Michel Foucault acerca das práticas discursivas, identificando os enunciados e enunciações que estão transversalizados nos trechos das falas das participantes. Desta forma, dividimos a seção em quatro categorias de análise.

5.1 - O CORPO E A FARDA

Nesta categoria de análise, realizamos problematizações referentes ao enunciado de que policiais sempre devem cumprir funções destinadas à profissão, mesmo não estando fardado/as. Esse enunciado nos pareceu relevante de ser abordado, pois foi uma premissa que esteve presente na fala da maioria das participantes, que se descreveram como policiais em todos os momentos de suas vidas, inclusive em suas atividades extra laborais.

Partindo deste enunciado e salientando a questão da produção de subjetividade de mulheres policiais, destacamos as enunciações advindas das entrevistas, discorrendo sobre como ocorre a produção do corpo de policiais militares, e, especificamente, como se produz o corpo feminino na Polícia Militar.

Uma das entrevistadas, Jacqueline Cochran, comentou sobre sua entrada na Polícia Militar. Ela falou que já havia se graduado no curso de direito, mas escolheu prestar o concurso da PMPR por causa de algumas características da instituição que lhe chamavam a atenção, que seriam: “[...] a forma de se portar, a questão dos cuidados, a própria farda, então foi isso que me chamou a atenção (no militarismo)” (Jacqueline Cochran, 2019).

Conforme apontamos anteriormente, de acordo com Foucault (2017a), a subjetividade é construída por experiências que ocorrem nos contextos sociais em que os indivíduos se encontram. Destacamos que policiais que constroem suas vivências em um campo social voltado à disciplina, subjetivam-se através desses ideais. Articulando a análise teórica realizada até aqui, notamos que a produção de um sujeito policial militar está intimamente ligada à ideia de poder disciplinar, tal qual foi elaborada por Foucault (2004). Para o autor, sujeitos são instruídos a seguirem métodos disciplinares para que estabeleçam seus modos de viver a partir do que é considerado como socialmente aceitável em um contexto. Esses métodos ocorrem até o momento em que os sujeitos não precisem mais deles, havendo uma internalização da disciplina.

A própria instituição Polícia Militar espelha-se em preceitos disciplinares, visto que é envolta por normas de comportamento, treinamentos, obediência à uma ordem hierárquica, entre outros. Há a fabricação de corpos de sujeitos a partir de técnicas repassadas por lógicas de funcionamento institucional, fazendo com que os sujeitos conduzam seus modos de trabalhar e viver através dessas lógicas. Sobre isso, Jacqueline Cochran comentou:

[...] o militarismo é muito de hierarquia, então nós enquanto soldados somos mandados o tempo todo, então acima de nós tudo vem do comando, nós não fazemos nada, como “ah, vou fazer o que eu quero”, não, é tudo abaixo de uma ordem (Jacqueline Cochran, 2019).

Comprendemos que houve a produção de subjetividade dessa mulher por meio de um movimento de internalização da disciplina. Ela se produziu como uma policial militar, reconhecendo-se como tal nas demais esferas de sua vida, não apenas no contexto de trabalho. Esse movimento pode estar ligado à sensação de pertencimento à instituição, pois assim é reconhecida pelo coletivo institucional como uma igual, além de ser reconhecida socialmente como uma policial, o que contribui para a reconstrução de seu jeito de ser e estar no mundo.

Um exemplo sobre essa internalização da disciplina de Jacqueline Cochran está em uma de suas falas:

[...] você tem que pensar, tem que ficar atento às pessoas à sua volta, você pode estar em um mesmo ambiente em que uma pessoa que você já prendeu, você está num shopping... eu posso ver um cara que eu já prendi aqui, e não sei qual é a intenção dele comigo, então tem que ficar muito atenta com isso.

A entrevistada disse desenvolver funções ligadas a profissão mesmo que não está trabalhando, produzindo uma enunciação sobre a noção de que policiais sempre devem estar cumprindo suas funções. Enfatizamos a existência de uma farda simbólica, a qual não se destitui.

Esta percepção se fez ainda mais evidente no momento em que conversávamos antes do início formal da entrevista. Como estávamos em um lugar público, a praça de alimentação de um shopping, por escolha dela, a entrevistada me pediu para sentar de frente às pessoas que passavam pelo local, para que, segundo ela, ficasse “de olho em tudo”, exercendo uma vigilância constante sob as pessoas enquanto estávamos naquele local. Cabe ressaltar que a participante não estava de serviço na ocasião da entrevista. Essa vigilância constante pode estar ligada à apropriação de uma farda simbólica, sendo um efeito da produção de subjetividade a partir das experiências na Polícia Militar.

Com a existência de uma farda simbólica, que faz com que as mulheres internalizem suas funções como policiais, destacamos o que elas denominaram como uma profissão “gratificante”:

[...] é uma profissão em que eu não me vejo fazendo outra, é muito gratificante a gente poder ajudar as pessoas [...] eu vejo como eu posso ajudar, em todas as formas, às vezes em um conselho, em uma advertência, às vezes até mesmo ali diante de um delinquente, um criminoso com quem você acaba falando alguma palavra que possa

confrontá-lo ali, mas como crescimento na vida. Mas, assim, é mais a parte gratificante, de você recuperar um veículo, por exemplo, e entregar para uma pessoa, isso é gostoso (Jacqueline Cochran, 2019).

A gratificação está associada a uma noção de utilidade social, visto que, para a participante, exercer sua profissão é um ato que lhe faz se sentir útil perante o contexto social ao qual se encontra, tendo em conta que estará auxiliando a população com seu trabalho. Essa perspectiva pode ser notada no exemplo de cumprimento do papel institucional citado por ela. Mais uma vez, nos encontramos diante do poder disciplinar, que atua através da regulação dos corpos e da vida dos sujeitos, visando treiná-los de acordo com as normas socialmente vistas como corretas em um contexto, estando entre essas normas a noção de ser útil socialmente (Foucault, 2004). Corroborar com este argumento o comentário de Milunka Savic, como segue:

[...] eu acho uma profissão extremamente bonita, é como eu te falei, você sai da sua casa, mas não sabe se irá voltar, porque você fez um juramento que você irá dar sua vida pelo próximo que não conhece. E isso é verdade, porque se você tiver que dar, você vai dar a sua vida. Então, eu acho uma profissão linda, aprendi a ver com outros olhos depois que entrei para a instituição [...] Mas eu acho muito bonito, muito... e é uma profissão que não é reconhecida. Ela não é reconhecida, mas eu me orgulho em ser policial militar (Milunka Savic, 2019).

Nos deparamos com outro enunciado, qual seja, o de viver para a profissão. Entendemos que Milunka Savic foi disciplinada pela instituição a tal ponto que não há mais uma distinção entre sua vida dentro e fora do trabalho. Ou seja, se produziu como uma policial militar e se reconhece como tal o tempo todo, afirmando que pode dar a vida pela profissão. Além do mais, sua fala, assim como a fala de Jacqueline Cochran, evidencia uma

idealização de utilidade social, que é dar segurança à população, uma vez que está exercendo o juramento que fez ao entrar na PMPR.

Candiotto (2012), salienta que: “[...] o indivíduo interioriza as coerções incorporais do poder: ele se torna o princípio de sua própria objetivação” (p. 21). As formas de poder, além de serem expressas no corpo propriamente dito dos sujeitos, também abarcam suas vidas de forma mais ampla. Quando nos atemos aos discursos trazidos pelas policiais, compreendemos que essas mulheres interiorizaram suas funções enquanto policiais, reconhecendo-se a partir destas funções, as quais elas denominaram como “gratificantes” em suas vidas.

A partir de Butler (2019), podemos relacionar o conceito de performatividade à farda simbólica da Polícia Militar, visto que trata-se da produção de sujeitos em determinada cultura a partir de um discurso cotidiano dominante. A internalização da farda pode ser vista como uma performance, haja vista que há um discurso dominante que dispõe sobre uma forma de policiamento ideal a ser seguida. Assim, mulheres se produzem como policiais. É possível, portanto, articulamos o conceito de performatividade ao poder disciplinar descrito por Foucault (2004), levando em consideração que o poder disciplinar atua diretamente na vida dos sujeitos, ensinando-os a seguir as normas de um campo social, nesse caso, disposto sobre a atuação na Polícia Militar.

Assim, performatividade e disciplinamento compõem a produção subjetiva relacionada aos modos de viver no contexto da Polícia Militar, como Milinka Savic afirmou:

[...] apesar de a gente ter as companhias e coisa assim, policial não tem rotina [...] porque é uma incógnita (a rotina). E nós somos policiais 24h por dia, não só quando eu estou fardada. [...] Então não tem como dizer se é típico ou atípico, todo dia é dia, pode ser tranquilo ou não. Às vezes, eu passo 6 horas por dia, tem dias que eu tenho que encaminhar e fico 12 horas, faço 6 horas a mais, às vezes pega uma prisão e você

tem que encaminhar para a delegacia, para outros órgãos, alguma coisa assim, então é isso aí (Milinka Savic, 2019).

Notamos que, novamente, há uma enunciação que condiz com a questão da internalização da farda. Ao afirmar que é policial 24h por dia, a Milinka Savic está se referindo a não ter uma rotina fixa de trabalho, o que faz com que ela precise estar pronta para se deslocar e exercer suas funções laborais a qualquer momento. Associamos sua fala à presença do poder disciplinar em seu contexto de trabalho, visto que se produziu a partir de um campo disciplinar se reconhecendo através dele, ou seja, sempre deve estar pronta para desenvolver funções ligadas à Polícia Militar. Joana d’Arc, ao falar sobre suas experiências positivas no trabalho, destacou:

O conhecimento que a gente adquire, eu acredito que seja isso, as experiências, porque mesmo depois que se aposenta, é como se você continuasse sendo policial, você não deixa de ser policial. Você aposentado eu acredito que seja diferente, mas você ainda vai realizar quase as mesmas coisas, aquele dever de segurança, aquela vontade de inibir a criminalidade, vai continuar em você (Joana d’Arc, 2018).

Sua fala deixa antever um possível a articulação entre a internalização do poder disciplinar e a produção de subjetividade, neste caso, descrito pela participante como um “dever de segurança”.

Ademais, pensando na produção do corpo a partir da farda, pergunto novamente: “como é usar farda quando também se carrega o fardo de ser mulher?” O termo fardo se fez presente na fala da participante Milunka Savic, que disse: “[...] nessa profissão, que é uma profissão que é muito... às vezes, você carrega o mundo nas costas, é um fardo pesado... é um fardo pesado”, demonstrando que a utilização da farda pode também se tornar um fardo a partir de dois aspectos que ela ressalta.

O primeiro aspecto condiz com o “fardo” de ser policial, profissão que é percebida como exaustiva, podendo causar desgastes, tanto físicos quanto subjetivos, aos policiais. Nesse sentido, Maria Quitéria, quando questionada sobre as experiências negativas de trabalhar na Polícia Militar, ressaltou:

Negativa é o risco de vida, de morte na verdade [...] quem trabalha na rua não sabe se vai voltar, mesmo que você não esteja indo trabalhar, você pode estar indo comprar um pão, mas infelizmente, só pelo fato de você ser Polícia, às vezes alguém vem para roubar a tua arma e te mata (Maria Quitéria, 2018).

Para Maria Quitéria, não saber se irá voltar viva ou não nos dias em que precisa sair às ruas pode se tornar um fardo, tendo em conta que, segundo ela, sua profissão lhe proporciona essa insegurança a respeito de sua vida, pois, sendo uma policial, sua vida sempre estará em risco. Ela aborda a Polícia Militar como uma instituição a qual coloca os indivíduos que estão ligados a ela à uma insegurança sobre suas vidas em nome de um ideal de Estado, que, neste caso, se trata da “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 1988, p. 90). Esta instituição, que é composta por estratégias de um poder disciplinar, pode produzir sujeitos para compor determinado sistema social, tendo suas vidas voltadas a esse sistema.

Exemplificamos essas estratégias disciplinares com o relato de Maria Quitéria, que se produziu enquanto policial no decorrer de vivências no contexto da PMPR, e, quando falou sobre as experiências que considera negativas nesse contexto, comentou sobre a insegurança em relação a se manter viva. Ou seja, tem sua vida voltada para à instituição.

O segundo aspecto apontado na fala de Milunka Savic diz respeito ao fato de que, além do fardo por ser policial militar, há o fardo que pode ser descrito como ser uma mulher policial militar. Sobre isso, destacamos um trecho da fala de Maria Quitéria:

[...] sempre era abordado esse assunto (machismo), “ah, porque vocês vão ver que lá na rua vocês vão ter um pouco de preconceito, porque infelizmente a nossa sociedade é machista e tal, então tem que saber lidar com a situação, vamos fazer assim, assim, assado” (Maria Quitéria, 2018).

Mesmo não descrevendo estes elementos como um fardo, os pontos comentados pela participante pareceram expressar preocupações. Para ela, mulheres nesta instituição precisam desenvolver estratégias específicas para que possam exercer suas funções na profissão como, por exemplo, não usar o fardamento apertado, para não ter o corpo exposto. Segundo Maria Quitéria: “a gente tinha uma tenente mulher que auxiliava, que falava bastante sobre vestimenta, sobre o fardamento num tamanho não muito apertado, até mesmo pela questão da sexualidade, não ficar muito exposto” (Maria Quitéria, 2018).

Outro aspecto como pedir auxílio para demais policiais caso não consigam ter o controle de determinada situação, foi comentado por Joana d’Arc. Segundo ela: “Existem técnicas que são repassadas durante a escola para a gente, que caso a gente não consiga, se ver que a situação é muito maior do que a gente espera, a gente pode pedir apoio de outros policiais”.

Relacionamos a associação que Maria Quitéria fez sobre machismo e as técnicas repassadas às policiais mulheres, como uma premissa de que as mulheres da Polícia Militar podem ser vistas, ocasionalmente, como menos capazes de desenvolver ações em serviço do que policiais homens, devido a uma concepção social que coloca mulheres como desprovidas de força física.

As estratégias disciplinares, que provêm a construção de sujeitos em policiais militares, se apresentam como um processo não linear, sendo descontínuo, que está constante modificação, não permanecendo sempre envolvido com às mesmas estratégias. Também há o movimento contrário. Não apenas os sujeitos se modificam a partir das estratégias

disciplinares dispostas nas instituições, mas as instituições também se modificam através da permanência e atuação dos indivíduos nelas. Um exemplo dessas modificações são as estratégias desenvolvidas para as ações de mulheres policiais acima citadas.

Houve a constituição de um discurso, por parte da própria instituição, a partir da Lei nº 12.975/2000, que discursivamente estabelecia a quebra do binarismo de gênero na PMPR, com a extinção da divisão da Polícia entre feminina e masculina. Entretanto, não houve o rompimento completo dos estereótipos de gênero na instituição, como discorreu Milunka Savic:

[...] a gente sente, é um meio, igual eu te disse, um meio masculino. Então acham que as mulheres não vão desempenhar bem um papel, mas a gente sente, a gente vê, a gente percebe, às vezes fica subentendido. Às vezes não é explícito, não é um preconceito explícito. Mas, em algumas atitudes, a gente percebe que acham que nós não somos capazes (Milunka Savic, 2019).

Compreendemos que ainda se faz presente, de forma implícita, a ideia de que as instituições militares são parte de um meio constituído com características sociais e historicamente vinculadas ao masculino. Características associadas aos gêneros são reguladas pelo meio social, podendo tornar-se cristalizadas. Entretanto, tal como apontou Butler (2019, p.69): “Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais retificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais”. Entendemos que na PMPR, há prevalência de características sociais e historicamente relacionadas a uma masculinidade predominante que são insistente e insidiosamente reforçadas.

Há, intrinsicamente, uma divisão socialmente constituída que condiz com uma ideia do corpo de um policial como viril, eficaz, robusto, portanto, masculino; e o corpo feminino como delicado, frágil, desprovido de força física. Como se fossem duas instâncias diferentes,

o que ocasiona uma dualidade entre a construção do corpo de mulheres e o de policiais. Sobre esta questão, Flora Sandes comentou:

Pode ser, como falam, que mulher é mais sensível, pode ser que ela sinta mais em uma determinada situação, mas isso não tem como eu afirmar, acho que é bastante relativo. Pode ter homem que pode sentir mais também, isso varia (Flora Sandes, 2019).

A construção do corpo de uma policial militar é voltada ao poder disciplinar, visto que este corpo é treinado para obedecer a ordens e hierarquias, ou seja, é docilizado. Há uma manipulação da vida e preparação para um certo modo de conduta. Tomando como referência a condição de ser mulher e ser policial, Milunka Savic disse:

[...] como todas as profissões, tem coisas que são injustas. Mas, é muito bonita [a profissão], e acho que a maior coisa injusta é a questão do preconceito, por ser uma instituição masculina, mas é isso [...] Então, pelo que a gente vê, tem esse preconceito contra a mulher na instituição, tem em todas as profissões, e como o militarismo é uma instituição que era masculina, agora já não é, porque a mulherada está vindo com tudo, está vindo com força. E a negatividade é isso, é saber que ainda têm gente que pensa que a mulher não é capaz (Milunka Savic, 2019).

A produção subjetiva das mulheres entrevistadas é perpassada pelas lógicas de uma sociedade que é atravessada por esse binarismo de gênero marcado por categorias socialmente tidas como femininas ou masculinas. Assim como Milunka Savic, Maria Quitéria apontou a questão do preconceito contra mulheres policiais como um ponto que lhe preocupa, podendo vir a tornar-se um fardo:

[...] dependendo das situações que você for atender [...] chegou uma mulher, às vezes a pessoa não respeita tanto, sabe? Acha que a mulher não vai saber se sobressair em determinada situação, ou fazer a coisa certa ali. E o parceiro masculino... sente preconceito pela falta de força, talvez. ‘Ah, vou trabalhar com uma mulher, será que

ela vai saber reagir no momento certo? Ou será que ela vai ter força se precisar algemar uma pessoa?’ (Maria Quitéria, 2018).

Na fala percebemos o atravessamento de um binarismo de gênero que atrela a instituição desde o período da entrada de oficiais mulheres, tendo em conta que as mulheres eram designadas a desenvolver tarefas vistas como menos viris, por serem consideradas como desprovidas de força física.

Narvaz e Koller (2006), compreendem que experiências voltadas ao masculino possuem privilégios sociais construídos ao longo da história. Até meados do século XX, mulheres eram associadas, primordialmente, às funções ligadas apenas ao cuidado com o outro e à manutenção da vida privada. No entanto, ressaltamos que este binarismo de gênero não é um aspecto isolado da Polícia Militar, mas pode ocorrer em distintas instituições.

Atendendo às perspectivas que ressaltamos na presente categoria; e considerando a noção de dispositivos enquanto elementos interrelacionados à produção de subjetividades, concordamos com Foucault (2004) quando diz que “[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica” (p. 117). Os corpos de policiais militares podem ser produzidos através do dispositivo farda, metaforicamente falando, o qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Tomando como referência os corpos femininos na Polícia Militar, ressaltamos que ainda há um binarismo de gênero que perpassa essa instituição.

5.2 - RELAÇÕES DE CUIDADO COM O OUTRO

Cuidado, em seu termo original, deriva da palavra latina *cogitatu*, que significa pensado, imaginado. Portanto, refere-se ao zelo, ao ato de dedicar-se a algo ao alguém, é a inquietação em relação ao outro (Silva et al, 2008). O termo trata-se de um conceito amplo.

Silva et al (2008) afirmam que “[...] cuidar de alguém é ter estima e apreço pela pessoa, querendo o seu bem-estar de forma integral” (p. 698).

Foucault (2017a) ao apresentar a noção de “cuidado de si”, salienta que os indivíduos ocidentais modernos tiveram seus cotidianos influenciados pela ideia de uma moralidade cristã que perpassava a sociedade da época, que constituiu uma ideia de que, para que os sujeitos fossem salvos, em um sentido de salvação divina, deveriam renunciar suas próprias vontades, perdendo sua autonomia enquanto sujeitos, e preocupando-se ao cuidado com os outros. Assim, o cuidado passou a ser associado ao “cuidar de alguém”, “cuidar de um outro” (Petersen, 2011), o que está presente em nossa sociedade até os dias atuais, principalmente quando pensamos no cotidiano de mulheres, considerando que, como afirma Barros (2008), funções historicamente tidas como femininas relacionam-se ao ato de “cuidar de um outro”.

Nesta categoria, analisamos o enunciado sobre a ideia de que mulheres, em sua maioria, priorizam ações de cuidado com o outro em suas vidas, pois pudemos notar muitas falas transversalizadas por este enunciado durante as entrevistas. Uma das entrevistadas, quando estava comentando sobre sua rotina extra laboral, salientou que “é limpar a casa, ser mãe, é o serviço de casa. Tenho meu esposo, tenho a minha filha, tenho a minha casa, resolvo algumas situações no banco, mas fico em prol da casa mesmo” (Jacqueline Cochran, 2019).

A partir desta fala, identificamos o que foi denominado por Zanello (2018) como colonização afetiva, ou seja, a premissa de que mulheres têm grande parte de suas vidas voltadas ao outro, através do cuidado, da demonstração excessiva de afeto, da proteção, relacionando-se a figura da mulher afetuosa, que tem entre suas características principais o zelo e a delicadeza.

Jacqueline Cochran descreveu sua vida fora do trabalho como “ser mãe”, colocando como sua maior prioridade o cuidado à outra pessoa. Sua fala pode estar ligada ao conceito de dispositivo materno, que faz com que mulheres acabem renunciando o cuidado de si mesmas

como primordiais em nome de um papel socialmente constituído que envolve mulheres às funções de cuidado com o outro (Zanello, 2018).

Relatando sobre seu cotidiano fora do trabalho, Milunka Savic destacou:

Minha rotina é cuidar das minhas filhas, da minha casa, basicamente isso. Cuidar da minha casa que está sempre bagunçada, que tem duas crianças, aí a casa não para limpa, organizada (risos). Mas, é isso, no período em que estou em casa, estou com elas [filhas], com o meu marido, e é isso. Também tento fazer alguma atividade física, eu gosto muito de correr, é o que eu faço para desestressar (Milunka Savic, 2019).

A participante ainda afirma que houve um pedido de mudança em sua rotina de trabalho para que pudesse ficar ao lado da filha: “[...] quando voltei (da licença maternidade), eu pedi para ir para o trânsito por causa da escala de 6 horas, porque aí teria mais oportunidades de ficar com a minha filha” (Milunka Savic, 2019), pedido que foi atendido.

Nos parece que no caso de Milunka Savic, houve a internalização do dispositivo materno, já que ela se coloca em um papel de mulher/mãe/cuidadora, se assumindo enquanto principal responsável pelo cuidado das filhas. A partir dessa necessidade de cuidados, ela solicitou mudanças de horário de trabalho, pois atuava como policial da Rádio Patrulha, função que exigia plantões noturnos e uma escala não fixa. Após o pedido ser atendido, foi transferida para o policiamento de trânsito, função que conta com escalas fixas.

Entendemos a disponibilidade da instituição em articular os horários de trabalho de seus membros como um exemplo da não linearidade de uma instituição disciplinar, ou seja, está em constante movimento, (re)constituindo suas formas de funcionamento. A questão de mudanças de funções também esteve presente na fala de Maria Quitéria, que comentou trabalhar no patrulhamento de rua e solicitou mudança para o Setor de Justiça e Disciplina (SJD) no âmbito administrativo da PMPR. Tal como contou:

Então, meu esposo foi o principal motivo, [...] ele decidiu ir para o PCS (Pelotão de Comando e Serviços) para trabalhar nessa parte de auxiliar de procedimentos, dos inquéritos policiais, da sindicância, e já estava lá. Então para ele seria interessante eu vir trabalhar no mesmo horário que ele. A gente tem um filho de 16 anos, que é meu enteado, e exige bastante cuidado, ainda mais agora na adolescência, e virar na madrugada em viagens talvez não seria muito interessante, pelo fato de estar podendo ficar mais com ele. E pelo horário, pela carga horária (Maria Quitéria, 2018).

Assim como Milunka Savic, a decisão de Maria Quitéria foi tomada pelo desejo de ficar mais tempo ao lado do enteado. O fato de a entrevistada ter mudado seu horário de trabalho pode estar ligado ao dispositivo materno, como afirma Zanello (2018), ou seja, à construção social de que mulheres precisam adequar suas rotinas para que possam exercer funções de cuidado com familiares.

Küchemann, Bandeira e Almeida (2015), problematizando às categorias de gênero masculina e feminina, destacam que as funções associadas à essas categorias em um meio social interferem diretamente na vida cotidiana dos sujeitos e nas organizações sociais, tendo em conta que

Há uma expectativa social e de gênero em relação às maneiras como os homens e as mulheres devem atuar nos espaços privados e públicos: seja no vestir, no andar, no mostrar o corpo, na prática da sexualidade, no exercício dos cuidados, no gasto e na administração do dinheiro, no lazer, no modo de ingerir bebidas, dentre outras (Küchemann, Bandeira & Almeida, 2015, p. 73).

Especificamente para as mulheres, “o exercício dos cuidados”, tal qual foi citado pelas autoras, refere-se, na maioria das vezes, como o cuidado com o outro, função que, implicitamente, as mulheres tornaram-se encarregadas.

Nesse sentido, retomamos a discussão proposta por Foucault (2017a) sobre o conceito de código moral. Relacionando este código moral e os processos de cuidado dessas mulheres, percebemos que essa movimentação para estar perto da família e, na maioria das vezes, cuidando da família, remete à figura de um sujeito de boa conduta, referindo-se à ideia socialmente construída de que mulheres, para que tenham valor social, precisam estar perto de suas famílias e exercendo as funções que lhes foram atribuídas, neste caso, o cuidado.

Dando destaque às categorias sociais voltadas à mulher/mãe/cuidadora, Milunka Savic afirmou: “[...] a gente brinca que a Polícia Militar é uma mãe que quer abraçar tudo, que quer resolver tudo. Mas, por mais que ela queira, não consegue, porque não é atributo dela”. Percebemos a representação do dispositivo materno trazido pelo discurso da participante, sendo a figura da mãe como aquela que quer abraçar tudo, ou seja, tomar conta de tudo e de todos, mesmo não sendo seu atributo, por vezes sobrecarregando-se.

Há a existência de uma contradição quanto ao funcionamento da Polícia Militar a partir da fala de Milunka Savic, pois a PM é uma corporação que exalta aspectos socialmente associados ao masculino. Em contrapartida, observamos a presença do dispositivo materno dentro da própria instituição, que, conforme a participante explicitou, é vista como uma mãe que tem a responsabilidade de cuidar dos seus filhos, que, nesse caso, são metaforicamente representados pela sociedade.

Outro ponto importante é que, ao mesmo tempo em que consideramos a PMPR uma instituição historicamente masculina, referindo-se à uma masculinidade dominante; ao falar da sobrecarga de atividades propostas aos policiais, a participante faz a associação à uma figura feminina, a figura materna. Afirmamos a existência de uma contradição a partir dessa perspectiva.

Um aspecto importante comentado por Milunka Savic foi a sobrecarga. Esta relaciona-se ao pensamento de Bordo (1997) que ressalta que o corpo é um lugar de controle social.

Quando pensamos sobre o corpo feminino em um contexto em que características vistas como masculinas são tidas como predominantes, esses corpos precisam se render aos comportamentos, movimentos, configurações, aos quais lhe são exigidos. Segundo a autora:

Ao mesmo tempo que continuam sendo ensinadas às mulheres jovens ‘em ascensão’, as virtudes tradicionalmente ‘femininas’, na medida em que elas penetram em áreas profissionais, também precisam aprender a incorporar a linguagem e os valores ‘masculinos’ desse âmbito — autocontrole, determinação, calma, disciplina emocional, domínio etc. (Bordo, 1997, p. 26, destaque da autora).

Assim, há uma exigência dobrada em relação aos valores que implicitamente estão no controle de comportamentos de mulheres em uma instituição tida como masculina, o que pode acabar sobrecarregando-as (Bordo, 1997). Além de precisarem se adequar à instituição masculina, as policiais precisam manter os comportamentos naturalizados como femininos.

O binarismo presente nas características associadas aos homens e mulheres estão presentes em distintas esferas sociais, estando entre elas as instituições de segurança pública, em especial a Polícia Militar. No imaginário da população e dos operadores de segurança pública, há uma concepção de que mulheres possuem uma natureza menos viril, deste modo, haveria uma ideia de que “[...] a feminilidade, além de predispor mulheres para determinado tipo de trabalho, determina que elas não são violentas nas práticas de policiamento ostensivo” (Calazans, 2004, p. 148). Por este motivo, em muitas ocasiões, mulheres são responsabilizadas por ações mais delicadas e de cuidado com o outro, inclusive nos contextos de trabalho.

As representações da categoria de gênero feminino se manifestam de diferentes maneiras entre os sujeitos, já que a produção de subjetividade é composta por fatores distintos em cada indivíduo, como suas vivências em contextos familiares, educacionais, laborais, dentre outros. Todavia, a figura da mulher como mãe e que executa funções de cuidado com o

outro está instaurada de forma subjacente em muitos meios sociais, haja vista que essas características foram historicamente construídas (Ribeiro, 2017; Zanello, 2018).

5.3. CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

Nesta categoria, discutimos nossa percepção sobre o enunciado de que a escolha da profissão pode estar diretamente ligada à instituição família. Quatro das seis participantes relataram que suas entradas na Polícia Militar estavam associadas à escolha profissional de pessoas de seu convívio, predominantemente da família.

A instituição familiar é vista como um fenômeno social e histórico, pois há várias definições para ela, que foram reconfigurando-se em diferentes culturas e épocas. Contemporaneamente, em sua maioria, é através do contexto familiar que ocorrem os primeiros processos de socialização de um sujeito, acontecendo os primeiros relacionamentos interpessoais e trocas emocionais. No convívio com a família, são adquiridos valores, crenças e comportamentos que introduzem um indivíduo como parte de uma sociedade e de uma cultura (Nascimento & Trindade, 2010).

A partir da segunda metade do século XVIII, coube aos integrantes das famílias o papel de preparar as crianças para a atuação em sociedade (Foucault, 2008a). Sobre a escolha da profissão, uma participante relatou:

[...] eu tenho dois irmãos que são policiais, mas são policiais civis, um tem 20 anos de carreira e o outro tem mais de 15. Então eu sempre achei uma profissão muito bonita, apesar de ser civil ou militar, eu sempre achei uma coisa bem legal, só que nunca me interessou, nunca me chamou a atenção. Mas, aí um amigo, que é policial militar aqui na cidade, me falou: “ah, por que você não faz? Vai abrir vaga, faz, vai ser uma

segurança que você vai ter [...] então pensei, “você sabe de uma coisa? Vou fazer” aí fui lá e fiz, e deu certo (Milunka Savic, 2019).

Mesmo não estando em seus planos fazer parte da Polícia Militar, ao optar por esta profissão, Milunka Savic logo fez uma associação aos seus irmãos policiais. Para ela, fazer parte deste universo pode ter sido viver uma sensação de segurança, pois já contava com o compartilhamento das experiências de seus irmãos sobre a profissão, não sendo esse um espaço, na teoria, totalmente alheio a ela.

O movimento contrário, o não incentivo de um membro da família para entrar na instituição Polícia Militar, foi ressaltado por Joana d’Arc, que contou:

O meu pai também é policial, atualmente ele é aposentado, e eu sempre tive interesse [em ser policial], eu tinha muita vontade, mas meu pai não me incentivava muito, ele achava arriscado por eu ser mulher, mas eu sempre tive vontade. [...] ele falava que era perigoso, ele achava que era uma condição mais perigosa para mulher, talvez se eu fosse homem ele não tivesse nenhum receio (Joana d’Arc, 2018).

Quando foi indagada sobre o porquê tinha essa percepção de que, se fosse homem, seria incentivada pelo pai a fazer parte da instituição, ela respondeu:

Ah... porque para trabalhar na viatura, trabalhar na rua, exige um pouco mais de força, e mulher é mais delicada, e ele [pai] sempre me via como filha, não queria que eu corresse aquele risco, quando tem um confronto... ele queria que eu trabalhasse em um serviço mais tranquilo e não corresse esse risco de vida. Mas aí depois que eu falei que tinha interesse, aí ele começou a me apoiar, ele me ajudou (Joana d’Arc, 2018).

Nascimento e Trindade (2010), sintetizam que práticas de criação de filhos e filhas podem ser orientadas por representações sociais de gênero, prevalecendo valores tradicionais sobre o que é ser homem e ser mulher em um corpo social. Na fala de Joana d’Arc, percebemos um receio, por parte de seu pai, quando ela demonstrou interesse em ser policial.

Para ele, a Polícia Militar consiste em uma instituição voltada à virilidade, diferentemente das características atribuídas às mulheres, que seriam, segundo sua percepção, delicadas e menos agressivas do que os homens.

A socialização de um sujeito, a qual comumente é iniciada através do contexto familiar, pode introduzir e manter, de forma binária, os diferentes papéis sociais tidos como femininos ou masculinos, favorecendo uma representação social tradicional sobre as categorias de gênero. Vale ressaltar que essa representação não ocorre apenas no contexto de instituições militares, mas é composta por um discurso social mais amplo.

[...] pesquisas mostram que os pais ainda tratam de forma diferente meninos e meninas reforçando os valores patriarcais da sociedade. Essas práticas educativas têm favorecido aos homens a busca de autonomia e realização e maior permissividade para comportamentos mais ousados e maior domínio do mundo externo; enquanto para as mulheres as expectativas são de que sejam menos agressivas, que tenham maior dependência, conformismo, submissão e comportamento voltado ao cuidado (Nascimento & Trindade, 2010, p.190).

Foucault (2008a), compreende que “[...] um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos [...]” (p. 105), papéis esses que são historicamente instituídos. Na fala de Joana d’Arc, as enunciações estão associadas aos papéis de mulher, policial e de filha. Este último estaria presente no momento em que ela ressaltou que o pai gostaria de protegê-la, por sempre ser vista como uma “filha”, ou seja, “ser filha” seria diferente de “ser filho”.

Beauvoir (2014) em relação às produções dos papéis sociais de mulheres em nossa sociedade compreende que o “ser mulher” como a representação de um “outro”, ou seja, há um direcionamento social sobre as mulheres para que elas se façam submissas em relação aos homens e permaneçam nessa condição ao longo da vida, condizendo com uma ideia de

inferioridade, a qual é atravessada por vários aspectos de suas vidas. Por exemplo, a falta de força física, por mais que haja uma diferenciação na estrutura muscular entre homens e mulheres, de modo que, mulheres são levadas a acreditar que são desprovidas desse tipo de força.

Relacionando a figura da “filha” ao pensamento de Beauvoir (2014), compreendemos que a produção do “ser mulher” é direcionada às perspectivas de fragilidade, vulnerabilidade, delicadeza, entre outras, iniciando-se desde a infância. Assim, o “ser filha”, que é uma categoria feminina, também é associada a essas mesmas características. Essa concepção é exemplificada por Joana d’Arc, quando a mesma se questiona sobre a possibilidade de ser um homem, pois então, acredita que o pai a incentivaria na escolha da profissão, que para ele era vista como masculina.

Maria Quitéria fez referências ao seu cônjuge e aos familiares dele ao escolher entrar na Polícia Militar, como mostra o fragmento a seguir:

O meu esposo é policial militar já faz onze anos, o meu sogro é subtenente aposentado e meus dois cunhados também. Então assim, quando eu comecei a namorar e casei, já fazia parte da minha vida, a Polícia Militar. Aí surgiu a oportunidade do concurso e eu fiz, mas não, tipo assim, “ah, é o sonho da minha vida”, mas eu sempre gostei, achei muito bonito. Mas nunca havia passado pela minha cabeça (Maria Quitéria, 2018).

Assim como Joana d’Arc e Milunka Savic, Maria Quitéria também teve contribuições de pessoas de seu convívio no momento de optar por sua profissão. Diferentemente das outras participantes, Maria Quitéria não foi criada em um contexto cercado por policiais, mas recebeu essa influência a partir do momento em que passou a ter convívio com a família de seu companheiro. Jovita Feitosa, quando indagada sobre o porquê decidiu ser uma policial, também destacou a questão de sua família: “É que eu já tenho alguns parentes que são policiais, aí já vem de família, então isso me influenciou” (Jovita Feitosa, 2019).

Relacionamos as contribuições dos familiares citados pelas participantes à noção de código moral, que são os valores, normas, práticas, entre outros, moralmente aceitáveis em um campo social (Foucault, 2017a). Os códigos morais são repassados aos sujeitos por várias instituições que fazem parte de seus cotidianos, entre elas a família, podendo haver uma identificação dos sujeitos a essa instituição. Foi o que ocorreu com algumas das entrevistadas, que se identificaram às pessoas de suas famílias que lhe ensinaram esses valores morais, ao quais estavam atreladas ao contexto da Polícia. As mulheres também se reconheceram ligadas a esse contexto, por influência da família, escolhendo fazer parte dele por meio da profissão de policial militar.

5.4 - SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE TRABALHO

Ao longo das entrevistas, notamos vivências relacionadas ao universo de trabalho em comum que foram expressadas pelas participantes, o que, segundo elas, poderia afetar diretamente a saúde. Abordamos, nesta categoria de análise, o enunciado de que o trabalho traz consequências para a saúde mental e física de um sujeito.

Durante a entrevista, Maria Quitéria afirmou:

[...] pelo estresse gerado pelo trabalho, às vezes eu fico até sem fazer xixi, porque não dá tempo, eu falo “nossa, vou terminar isso aqui e daqui a pouco eu vou”, então assim, aquela pressão de você ter que segurar a vontade fisiológica, do teu organismo, para terminar aquele negócio que você acha que não vai dar tempo. E isso acaba com a tua saúde (Maria Quitéria, 2018).

O termo estresse foi muito citado quando as entrevistadas comentaram sobre suas rotinas laborais. A partir de uma visão biopsicossocial, este termo pode ser conceituado como

[...] uma relação particular entre uma pessoa, seu ambiente, e as circunstâncias as quais está submetida, que é avaliada pela pessoa como uma ameaça ou algo que lhe exige mais que suas próprias habilidades ou recursos, e que põe em perigo o seu bem-estar (Rodrigues, 1997, p. 24).

Estresse foi o termo que a maioria das participantes designou para se referir a algo que lhes afeta diretamente a saúde na rotina de trabalho. Entretanto, as perspectivas que elas denominaram como estresse fazem parte de um contexto muito mais amplo, como o cansaço, o esgotamento, o incômodo, ou seja, o trabalho que as afeta do ponto de vista subjetivo e físico.

O fato de as entrevistadas questionarem os impactos da saúde de acordo com suas rotinas de trabalho e se posicionarem criticamente diante desses impactos pode ser lido como uma estratégia de promoção de saúde, seguindo os argumentos de Canguilhem (2009). Conforme o autor, a saúde, que é vinculada aos processos de dinamismo vital, é composta pelas inúmeras estratégias de enfrentamento a situações problemáticas que interferem no contexto de um sujeito, buscando transformá-las em potência de vida. Queixas sobre a pressão no trabalho também foram destacadas por Jacqueline Cochran:

[...] é um trabalho que você tem os níveis de adrenalina e estresse altos o tempo todo. Desde o momento em que você sai da sua casa fardado, você pode encontrar tudo pela frente, então é uma questão de cuidado, de atenção redobrada, de malícia, onde você não vê eu vejo, então tudo para mim é ameaça [...] o trabalho em si na rua gera isso, porque a viatura está passando, você está passando e você está sendo um alvo, é um alvo, então você tem que estar ligado o tempo todo [...] então, assim, o que eu posso dizer é que é um lugar em que você vive sob pressão (Jacqueline Cochran, 2019).

Antes de comentarmos sobre a pressão expressada pela fala acima exposta, lembramos as circunstâncias com que as participantes se referem aos integrantes da Polícia Militar

sempre usando pronomes masculinos, mesmo quando relatam suas próprias experiências. Esse fato não se restringiu a apenas essa entrevista.

Na Polícia Militar, há uma padronização de seus membros, na tentativa de igualá-los, em que todos são chamados por seus sobrenomes e suas patentes são denominadas no masculino, em uma justificativa de, segundo discurso institucional, todos ali serem vistos do mesmo modo, ou seja, no masculino.

Essa disputa por espaço em um ambiente onde impera o universal masculino, retomamos o argumento de Jacqueline Cochran e suas perspectivas em relação à pressão no trabalho, que ocasionam adrenalina. O que foi chamado pelas participantes como uma pressão no contexto laboral, relaciona-se às características de uma instituição disciplinar, pois há uma alta cobrança para que os sujeitos estejam de acordo com as normas institucionais. Segundo ela:

[...] você é vista como uma super heroína, ou um super herói, todo mundo tem... ‘ah, chegou nossa salvação’, e nós não somos isso, somos de carne e osso, nós temos fome, temos sono, temos frio, sentimos a mesma coisa, muitos acham que não [...] tudo é Polícia Militar aqui na cidade, na verdade eu acho que é assim em qualquer lugar. O cara está em um viaduto querendo se matar, liga para a Polícia. Tem uma pessoa jogando pedra nas vias e nos carros, chama a Polícia Militar. Surto psicótico, a pessoa está lá surtada, chama a Polícia Militar. Calma aí, isso é com o SAMU, entendeu? Então você vê que age de diversas formas (Jacqueline Cochran, 2019).

Seu relato é mais um exemplo da sobrecarga comentada pelas policiais em seus contextos laborais. A participante expressou que precisa desenvolver ações que não cabem às suas atividades de trabalho durante seu cotidiano na corporação, mas mesmo assim, as realiza, como, por exemplo, as funções que caberiam ao SAMU e não à Polícia Militar.

De acordo com Foucault (2004), nos parece que houve a internalização de estratégias disciplinares pelas participantes, fazendo com que elas, através da pressão do trabalho, se adequem às normas institucionais e estejam de acordo com contexto ao qual se encontram. Ao relacionar a produção de subjetividade e trabalho a partir dos discursos trazidos pelas policiais, entendemos que elas estão constantemente produzindo suas formas de viver e se reconhecer no mundo através de suas vivências no trabalho, que podem lhes ocasionar queixas relacionadas à saúde, como pudemos notar nas falas de Maria Quitéria e Jacqueline Cochran. A imposição implícita - atravessada por mecanismos disciplinares - de que uma pessoa deve ser o seu trabalho o tempo todo e se sentir realizada com essa forma de vida, pode desencadear sensações como cansaço, esgotamento, e, como citado pelas próprias participantes, pressão.

Como Foucault (2017b) aponta, estratégias disciplinares atuam, em sua maioria, sobre o corpo de um sujeito. Pensando nas policiais militares, consideramos que há o corpo simbólico, que é composto pelo dispositivo farda, associado a ideias de disciplina, utilidade social e ordem; e o corpo biológico, que é transversalizado pelas características do corpo simbólico. Deste modo, as consequências das estratégias disciplinares são expressadas tanto no corpo simbólico quanto no biológico, causando a sensação de sobrecarga e pressão no trabalho. Foi o que destacou Flora Sandes:

[...] há pouco tempo eu tive uma alergia no corpo, fui em vários dermatologistas, e todos disseram que era psicológico, que era uma reação do corpo... Como se ele [o corpo] tivesse muita coisa acumulada, foi isso que eles me explicaram. Tanto que essa alergia deu no corpo inteiro e de um dia para o outro sumiu [...] quando eu acordava de manhã não tinha nada na minha pele, e durante o dia ela ia voltando. Aí a dermatologista falou que enquanto eu dormia eu me desligava, e quando eu acordava voltavam memórias, pensamentos, e ela [a alergia] ia aparecendo. E eu acredito que

isso seja atribuído às coisas que eu passo, que a rotina de policial faz com que você passe. Você acha que não está te atingindo, mas de alguma forma seu corpo vai sentir aquilo (Flora Sandes, 2019).

Pelo relato de Flora Sandes, notamos que a necessidade de atender à demanda esperada sobre ser policial, faz com que possam haver efeitos no corpo provenientes de uma sobrecarga e esgotamento no trabalho, que, neste caso, foi somatizado por meio de uma alergia.

Destacamos a perspectiva de que a pressão gerada na profissão é um fator que esteve presente na fala de todas as policiais que participaram da pesquisa, o que pode estar diretamente relacionado com problemas voltados à saúde, tanto mental quanto física, dessas mulheres, como foi comentado por Flora Sandes sobre sua alergia, e também por Joana d'Arc sobre eventuais dores que se faziam presentes em momentos no trabalho, como segue:

[...] eu me lembro que, quando trabalhava na escolta de presos, eu ficava com a imunidade bem mais baixa, eu tive um pouquinho de algumas doenças de quando a gente está com imunidade baixa, como dor de garganta, dor de ouvido, e acredito que tenha sido por causa do estresse (Joana d'Arc, 2018).

Canguilhem (2009), propõe que há um processo de normalização que forma um padrão social em determinado contexto. Neves, Porcaro e Curvo (2017), abordando perspectivas deste teórico, enfatizam que uma normalização é

a institucionalização da norma como parâmetro valorativo das formas possíveis de vida – é, por assim dizer, um modo eficaz de regulação social. Toda e qualquer decisão normativa, seja ela no campo da saúde ou não, é instituidora de parâmetros, regras, modelos, padrões resolutivos dos conflitos, exercendo papel de vigilância e correção/coerção (p. 633).

Essa normalização pode causar impactos negativos nas estratégias de vida dos sujeitos em determinado contexto, foi o que percebemos que pode ter acontecido com as policiais que entrevistamos. Todavia, as normas não são fixas e nem pré-determinam as formas de viver, tendo em vista que os sujeitos podem desenvolver estratégias de promoção de saúde e adaptarem-se ao contexto em que estão vivendo (Neves, Porcaro & Curvo, 2017).

Magalhães-Pinto e Codo (2006) salientam que há a construção de expectativas sociais em relação às ações da Polícia Militar, associando o trabalho de policiais à força, ostensividade, repressão de sentimentos, violência, rigidez, entre outros. Policiais, então, assumem-se enquanto devendo corresponder à estas expectativas sociais, podendo ser criticados por quem os julgam ineficientes já que “[...] a imagem do policial militar então é construída com base no papel histórico da instituição, na ambivalência de sua missão institucional e na associação de suas marcas com atos violentos” (idem, p. 231). Dessa forma, “[...] há um papel social a ser desempenhado pelo policial militar e isso influencia como o policial militar perceberá a si mesmo e como sentirá que o outro o percebe” (idem, 2006, p. 241).

Também esteve presente na fala das participantes a queixa que elas denominaram como preconceito contra mulheres policiais, questão já explorada anteriormente. Notamos que há uma exaltação da característica virilidade, que, em muitas instituições, é associada à masculinidade. Essa exaltação pode acabar afetando negativamente tanto mulheres quanto homens, como apontado por Milunka Savic: “[...] acho interessante a questão da saúde mental, porque o físico muitos policiais se cuidam, mas o mental, acho que principalmente... os homens, porque homem é mais retraído, coisa assim, às vezes guarda para si o que acontece, não consegue exteriorizar”.

A predominância de uma ideia de virilidade como preponderante na instituição, pode acabar afetando os homens policiais no que diz respeito a uma coibição de seus sentimentos,

visto que há uma exigência para que eles se mantenham fortes o tempo todo, negando que possam vir a possuir momentos de fraqueza, que podem ser entendidos como a busca de auxílio quando estão se sentindo muito sobrecarregados ou esgotados, falar sobre seus sentimentos, entre outros.

Sculos (2017) compreende que a coibição dos sentimentos dos homens como uma das características do conceito que denomina de “masculinidade tóxica”. O autor salienta que não há uma definição universal sobre o que é o conceito, entretanto este pode ser apresentado como as normas, crenças e comportamentos associados a um ideal de masculinidade, que acaba prejudicando tanto os próprios homens como as mulheres, crianças e a sociedade em geral.

Abordando especificamente a repressão de sentimentos, Zanello (2018) considera que, sobretudo após o século XVIII, com a divisão de trabalho entre homens no âmbito público e mulheres no âmbito privado cada vez mais evidente, os homens passaram, não somente a precisar manter o controle sobre suas ações, mas também sobre seus sentimentos, para que fossem considerados mais eficazes no trabalho, firmando um “embrutecimento” masculino.

Ainda sobre o ponto de vista de uma masculinidade voltada à força, Maria Quitéria ressaltou:

O homem, eu acho que ele é... a natureza dele já é um pouco mais arrogante, ele já acha que ele vai dominar. A mulher é mais insegura, acho que a natureza feminina já é por si só mais insegura, não todas as mulheres, mas eu acho que é isso (Maria Quitéria, 2018).

Nota-se a ideia de uma “natureza feminina” e uma “natureza masculina”, a qual está associada aos aspectos, sociais e historicamente construídos, que representam as categorias de masculino e feminino a partir de um binarismo, o que faz com que os sujeitos sejam instruídos, por parte da sociedade, a seguirem essas representações categóricas, podendo

ocasionar esgotamento mental no contexto de trabalho, tanto pensando em mulheres quanto em homens.

As participantes também relataram a falta de acompanhamento psicológico na instituição, como destacou Milunka Savic:

Nós, policiais, somos encaminhados para um psicólogo quando acontece alguma situação eventual, que não é, como, por exemplo, aconteceu um confronto e eu disparei, atingi alguém. Quando acontece alguma coisa que é atípica, só aí o policial é encaminhado. E eu acho que não, acho que seria legal, interessante, pelo menos quinzenalmente, uma vez por mês, um acompanhamento, uma conversa, para você conseguir se desestressar e escutar de um profissional alguma coisa (Milunka Savic, 2019).

Embora todas as participantes tenham trazido comentários sobre aspectos ligados ao incômodo no trabalho, nenhuma dizia fazer acompanhamento psicológico. Cabe ressaltar que por acompanhamento psicológico se referiam à psicoterapia. Todavia, além da ausência da oferta de psicoterapia contínua para com as policiais, pelos relatos entendemos que na instituição PMPR, em específico no Batalhão em que a pesquisa foi realizada, há também uma carência quanto à oferta de outras estratégias de atenção em saúde mental.

Assim, com um possível desenvolvimento de práticas de atenção em saúde e saúde mental na instituição, pensando-se a partir de uma perspectiva de saúde ampliada, poderiam ser construídos dispositivos produtores de diálogos, acolhimento e escuta qualificada, fazendo-se pensar nos processos de saúde-doença das trabalhadoras. Milunka Savic destacou a questão de que, contemporaneamente, o índice de suicídio e adoecimento mental entre policiais militares vem crescendo gradativamente: “E a gente vê muitos casos, às vezes de suicídios de policiais por conta dessa pressão que eu te falei que existe, dessa cobrança, tanto na própria instituição quanto na sociedade”.

Segundo Ribeiro (2019), de janeiro a agosto de 2018, 2.500 policiais militares brasileiros foram afastados de seus serviços devido a ocorrência de transtornos mentais. Especificamente no estado do Paraná, dos anos de 2014 a 2018, 26 policiais militares cometeram suicídio, ou seja, há um alto índice de adoecimento psíquico entre esses/as profissionais. Tal fato, afirma a sugestão de Milunka Savic em relação à necessidade de investimentos em estratégias de promoção e atenção em saúde mental para policiais militares no estado do Paraná, para que esses sujeitos possuam espaços qualificados para falarem sobre suas vivências de trabalho, que, por vezes, estão diretamente relacionadas aos sentimentos de esgotamento, pressão e sobrecarga no contexto de trabalho.

Tendo em conta as problematizações proporcionadas por esta dissertação, visamos abranger espaços de discussão no que diz respeito à produção de subjetividade de mulheres na instituição PMPR, compreendendo que estas se subjetivam por atravessamentos de suas vidas a esse contexto, o que pode causar sensações de esgotamento, adoecimento, desconforto e demais efeitos que são produzidos diretamente em seus corpos.

6. ARGUMENTAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa, foi compreender a produção de subjetividade de mulheres policiais militares, considerando suas experiências laborais, e, a vista disso, analisar quais os desdobramentos que essas experiências podem trazer para a saúde dessas mulheres, tendo em conta concepções do campo Saúde Mental e Trabalho. Os objetivos foram alcançados a partir da análise realizada, tendo como base os relatos das policiais que participaram deste estudo. A pesquisa foi embasada por quatro momentos, que foram divididos em três seções teóricas e uma seção de análise de dados, além da introdução do trabalho. Para que esta análise fosse possível, propusemos quatro categorias de acordo com os enunciados e enunciações presentes nos discursos das policiais. Na análise, desenvolvemos problematizações acerca desses enunciados.

A dissertação foi iniciada com o questionamento: como é usar uma farda quando também se carrega o “fardo” de ser mulher? Através da análise dos discursos trazidos pelas participantes, compreendemos a existência de um “duplo fardo” no que diz respeito ao trabalho de mulheres policiais militares: o “fardo” de ser uma policial, tendo em conta toda a sobrecarga e os percalços da profissão; e o “fardo” de ser uma mulher e pertencer a uma instituição militar, levando em consideração que a Polícia Militar é tida como um contexto historicamente masculino, o que perpassa a instituição até os dias atuais. Esse “duplo fardo” teve atravessamentos em todas as categorias de análise que desenvolvemos, visto que é uma perspectiva que estava presente em muitos dos enunciados trazidos pelas policiais.

A partir de nossas problematizações, consideramos que há uma imagem da instituição Polícia Militar construída pelos sujeitos que fazem parte dela, que é a imagem de uma instituição de grande valor social, atrelada às perspectivas de um código moral (Foucault, 2017a), pois é vista como uma forma de verdade moralmente aceitável em um campo social.

Há uma ambivalência na imagem da Polícia Militar produzida pelas mulheres que participaram da pesquisa, visto que, ao mesmo tempo que relataram uma sobrecarga advinda do contexto laboral, também consideravam a profissão como gratificante. Esta ambivalência ilustra a não linearidade no funcionamento de uma instituição disciplinar.

Cabe ressaltar que a imagem da Polícia Militar a qual nos foi relatada, tem um caráter específico, pois foi produzida por sujeitos de dentro da instituição através da interlocução com uma acadêmica pesquisadora.

As lógicas que perpassam os modos de funcionamento desta instituição, são voltadas, principalmente, a uma ideia de disciplina. Em outras palavras, os sujeitos são treinados a partir de estratégias que condizem à uma noção de obediência, boa conduta, eficácia, hierarquia e vigilância constante, para que vivam de acordo com as normas institucionalmente estabelecidas nesse local.

Por ser voltada à disciplina, a instituição tem como característica ser pautada no rigor institucional e, de certa forma, fechada ao público externo, o que dificulta a criação de espaços para possíveis intervenções da Psicologia. Assim, cabe-nos problematizar quais seriam as aberturas para a atuação de psicólogos/os, proporcionando uma flexibilização institucional, propondo estratégias de atenção à saúde mental ao meio de rigorosas práticas institucionais.

Pensando nas análises que desenvolvemos ao longo desta dissertação, consideramos que a Polícia Militar do Paraná (PMPR) é uma instituição constituída historicamente como masculina, o que perpassa diretamente a produção de subjetividade de mulheres que têm suas vivências nesse campo institucional, pois há um binarismo de gênero intrinsecamente presente nesse contexto, que produz um ideal de masculinidade prevalente, como, por exemplo, algumas características que são valorizadas no trabalho de policiais, como virilidade, bravura

e força. É um ideal de feminilidade que situa as mulheres como cuidadoras, maternais e mais frágeis que os homens.

De acordo com Scott (1995), expectativas sociais são formadas em relação aos modos de vida de homens e mulheres em determinados contextos, produzindo uma ideia de normalização através dos papéis de gênero. Compreendemos a Polícia Militar como um dos contextos produtores dessas expectativas sociais.

Com as discussões proporcionadas, buscamos compreender e analisar criticamente as vivências relatadas por mulheres que trabalham na PMPR, e se subjetivam por atravessamentos de suas vidas a esse contexto, tendo em conta que este tema, mulheres na PMPR, ainda é pouco explorado em pesquisas no campo da Psicologia. Neste sentido, a pesquisa pode dar suporte a estudos posteriores voltados a promoção e prevenção de saúde mental de policiais, além de ser um estudo que se preocupa com a produção subjetiva de mulheres policiais, dando especial destaque à saúde deste público.

Entendemos que há a necessidade de pesquisas futuras sobre o tema saúde mental na Polícia Militar, buscando a inserção de investimentos em estratégias de promoção e atenção em saúde mental para policiais militares, em especial mulheres policiais. Salientamos a importância de um espaço qualificado que visa abordar a questão da sobrecarga institucional que perpassa a produção de subjetividade dessas mulheres, que têm seus cotidianos voltados a existência intrínseca de um binarismo gênero.

7. REFERÊNCIAS

- Associação de Praças do Estado do Paraná (APRA). (2015). *Nova Lei de promoção das praças*. Palácio do Governo de Curitiba. Recuperado de <http://www.aprapr.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Nova-Lei-de-Promocao-das-Pracas.-APRA-PR.pdf>
- Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB). (Março, 2018). *A luta da mulher: conheça a jovem Jovita Feitosa*. Recuperado de: <http://www.afbnb.com.br/a-luta-da-mulher-conheca-a-jovem-cearense-jovita-feitosa>
- Barros, A. M. (2008). Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. *Rev. Trib. Reg. Trab*, 47(77), 67-83. Recuperado de https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_77/Alice_Barros.pdf
- Beauvoir, S. (1949/2014). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bezerra, J. (Setembro, 2019). *Joana d’Arc*. Toda Matéria: conteúdos escolares. Recuperado de: <https://www.todamateria.com.br/joana-d-arc/>
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Borba, R. (2014). A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, 43, 441-474. doi: 10.1590/0104-8333201400430441
- Bordo, S. R. (1997). O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Org.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.
- Brêtas, M. L., & Rosemberg, A. (2013). A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, 14(26), 162-173. doi: 10.1590/2237-101x014026011
- Bruschini, C., & Lombardi, M. R. (2000). A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de pesquisa*, 110, 67-104. doi: 10.1590/S0100-15742000000200003
- Butler, J. (1990/2019). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2000). Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2018). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

- Calazans, M. E. (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em perspectiva*, 18(1), 142-150. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100017>
- Candiotto, C. (2006). Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/form/ação*, 29(2), 65-78. doi: 10.1590/S0101-31732006000200006
- _____. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia & Sociedade*, 24, 18-24. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/04.pdf>
- Canguilhem, G. (1966/2009). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Castelow, E. (2019). *Flora Sandes*. Historic UK. Recuperado de: <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofBritain/Flora-Sandes/>
- Cavallini, M. (Março, 2018). *Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas, diz pesquisa*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2), 185-206. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). Brasília. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- Criolo. (2011). Não existe amor em SP. In: *Álbum Nó na orelha*. Gravadora Oloko.
- Cunha, I. O. (2019). *O julgamento da transgressão disciplinar e as causas de justificação*. Recuperado de <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=605>
- Dejours, C. (1987/1998). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, 33(3), 98-104. doi: 10.1590/S0034-75901993000300009
- _____. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34. doi: 10.1590/S0103-65132004000300004
- Fausto, B. (1999/2012). *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- _____. (2012/2015). *História do Brasil*. São Paulo: Editora EDUSP.

- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 1997-223. doi: 10.1590/S0100-15742001000300009
- Foucault, M. (1969/2013). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1971/2014). *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola: São Paulo.
- _____. (1974/2006). *O poder psiquiátrico: Curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1975/2004). *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (1976/1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1976/2017b). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- _____. (1978/2008a). *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____. (1979/2008b). *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1983/2017a). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152. doi: 10.1590/S0103-863X2004000200004
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, 35(3), 20-29. doi: 10.1590/S0034-75901995000300004
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), 595-609. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>
- IBGE. (2019, abril). *Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>
- Jacques, M. G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 97-116. doi: 10.1590/S0102-71822003000100006
- Küchemann, B. A., Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. C. (2015). A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista Do CEAM*, 3(1), 63-81. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>

Lei nº 12.975, de 17 de novembro 2000. Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78. Recuperado de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2269&codItemAto=15559#15559>

Lei nº 14.804, de 20 de julho de 2005. Altera o § 2º e acresce §§ 3º, 4º e 5º ao art. 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000. Recuperado de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2791&codItemAto=18974>

Lei nº 19.583, de 05 de julho de 2018. Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 5.940, de 8 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Paraná, e adota outras providências. Recuperado de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=201684&codItemAto=1257425>

Magalhães-Pinto, R., & Codo, W. (2006). “O trabalho nos faz violentos”. Uma análise dos fatores relacionados com o comportamento violento do policial militar. In W. Codo (Org.), *Por uma Psicologia do trabalho: ensaios recolhidos*, (pp. 216-253). São Paulo: Casa do psicólogo.

Mdig. (Fevereiro, 2019). *Minuka Savic, a mulher mais condecorada da história, terminou a vida como zeladora*. Recuperado de <https://www.mdig.com.br/index.php?itemid=40809>

Mendes, C. L. (2006). O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. *Revista de ciências humanas UFSC*, 39, 167-181. doi: 10.5007/%25x

Ministério da Defesa (Exército Brasileiro). (2019). *Cadete Maria Quitéria*. Quadro complementar de oficiais. Recuperado de http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/maria-quiteria-1

Moreira, R. (2016). *Entre o mito e modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*. Guarapuava: Editora UNICENTRO.

_____. (2017). *Sobre mulheres e Polícias: Polícia feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964)*. Guarapuava: Editora UNICENTRO.

Nardi, H. C. (2006). *Ética, Trabalho e Subjetividade*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Narita, S. (2006). Notas de pesquisa de campo em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 25-31. doi: 10.1590/S0102-71822006000200004

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. doi: 10.1590/S1413-73722006000300021

- Nascimento, C. R. R., & Trindade, Z. A. (2010). Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 187-200. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200017
- Nascimento, F. S. (2011). Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares. *Anais do Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília, DF, Brasil, 1. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area6/area6-artigo4.pdf>
- Neves, T. I., Porcaro, L. A., & Curvo, D.R. (2017). Saúde é colocar-se em risco: normatividade vital em Georges Canguilhem. *Saúde e Sociedade*, 26(3), 626-637. doi: 10.1590/s0104-12902017170016
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128. Recuperado de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>
- Paraná – Governo do Estado. (Agosto, 2019). *Polícia Militar do Paraná celebra 165 anos*. Agências de notícias do Paraná. Recuperado de <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=103244&tit=Policia-Militar-do-Parana-celebra-165-anos>.
- Petersen, M. (Novembro, 2011). O cuidado de si e do outro. *Anais do Congresso Nacional de Educação*, Curitiba, PR, Brasil, 10. Recuperado de https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/5898_3584.pdf
- Projeto de Lei nº 4.934, de 07 de abril de 2016*. Estabelece novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal. Recuperado de <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081633>
- Ribeiro, L. (2017). Polícia Militar é lugar de mulher? *Revista Estudos Feministas*, 26(1), 01-15. doi: 10.1590/1806-9584.2018v26n143413
- Ribeiro, P. (Março,2019). *O assustador número de suicídios dentro da Polícia Militar*. Recuperado de <https://paranaportal.uol.com.br/opiniaosintonia-fina/o-assustador-numero-de-homicidios-dentro-da-policia-militar/>
- Rodrigues, A. L. (1997). Stress, trabalho e doenças de adaptação. In: A. C. L. Franco, & A. L. Rodrigues (Org.), *Stress e trabalho: guia prático com abordagem psicossomática*. São Paulo: Atlas
- Schactae, A. M. (2011). *Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina do Paraná (1977-2000)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

- _____. (2015). A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). *Revista Tempo*, 21(37), 01-21. doi: 10.1590/tem-1980-542x2015v21i3707
- _____. (2016). “A gloriosa Polícia Militar do Paraná”: e identidade institucional (século XX). In R. Moreira, & A. M. Schactae (Org.), *Gênero e Instituições Armadas* (pp. 17-48). Guarapuava: Editora Unicentro.
- Schneider, D. (2015). *Violência(s) de gênero e território: mulheres trabalhadoras da segurança pública no litoral paranaense*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Brasil.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2), 5-22. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Sculos, B. W. (2017). Who’s afraid of ‘toxic masculinity’?. *Class, Race and Corporate Power*, 5(3), 1-7. doi: 10.25148/CRCP.5.3.006517
- Silva, I. J., Oliveira, M. F. V., Silva, S. E. D., Polaro, S. H. I., Radünz, V., Santos, E. K. A., & Santana, M. E. (2008). Cuidado, autocuidado e cuidado de si: uma compreensão paradigmática para o cuidado de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(3), 697-703. doi: 10.1590/S0080-62342009000300028
- Soares, B. M., & Musumeci, L. (2005). *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Souza, M. A. (2014). *Valores e atitudes sobre os papéis de gênero na Polícia Militar do Paraná*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Vinuto, J. (2016). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro de entrevista

PARTE 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Tem filhos? Se sim, quantos e em que idade cada?

Remuneração atual? O que compõem essa remuneração?

Patente atual na Polícia Militar:

Há quanto tempo atua nesta patente?

Patentes anteriores e tempo de permanência em cada patente?

Razão e processo de mudança caso tenha passado por mais de uma patente?

PARTE 2 - INSERÇÃO E VIVÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO

- Quando você começou a trabalhar?
- Por que você quis ser policial militar?
- Para você, o que é ser uma policial militar?
- Desenvolve alguma outra atividade de trabalho atualmente?
- Possui alguma outra fonte de renda atualmente, além do seu trabalho como policial militar?

PARTE 3 - REPRESENTAÇÕES PSÍQUICAS SOBRE O TRABALHO E O TRABALHAR

- O que é o trabalho para você?

- Como o trabalho que atualmente você realiza se relaciona com o que me disse que é trabalho para você?

PARTE 4 - INSERÇÃO E VIVÊNCIAS NA POLÍCIA MILITAR

- Como é o seu trabalho em um dia típico? Você pode me contar?
- Quais as diferentes funções que você já desenvolveu dentro da Polícia Militar?
- Quem define ou definia a realização dessas funções: você ou outra pessoa? E como é o processo, me conte.
- Caso tenham ocorrido modificações quanto a realização dessas funções, quais foram os motivos?
- Neste período todo em que você é policial militar qual foi a experiência mais marcante para você? Me conte.
- Qual sua rotina quando não está trabalhando na Polícia Militar?

PARTE 5 – CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO

- No seu trabalho, há a utilização de equipamentos de segurança? Se sim, quais? E você utiliza?
- Qual é sua carga horária de trabalho semanal? Como ela se organiza?
- O que você gosta de fazer nas suas férias? Quando serão as próximas?
- Você trabalha juntamente com algum parceiro de jornada? Se sim, quem define esta parceria? E como é ter um parceiro? Como isso interfere no seu dia a dia de trabalho?
- Quais são seus ambientes de trabalho enquanto está atuando? O que acha deles?
- Quais são as experiências positivas em ser uma policial militar? e as negativas?

- Você acha que as experiências positivas e negativas de ser um policial militar são diferentes quando se trata de um policial homem ou uma policial mulher?

PARTE 6 – PROCESSOS DE SAÚDE\DOENÇA E AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

- O que é saúde para você?
- A partir do que você entende por saúde, como isso se relaciona com o seu trabalho?
- Você acha que seu trabalho interfere em sua saúde? De que forma? O que faz para tentar diminuir ou evitar isso? E consegue?
- Você já teve algum afastamento do seu trabalho? Se sim, por quanto tempo? Como foi o retorno? Me conte.
- Como está sua saúde atualmente? Gostaria que estivesse diferente do que está?

PARTE 7– PERSPECTIVAS FUTURAS

- Como você se imagina daqui há alguns anos, no futuro?

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Cara participante,

A Sra. está sendo convidada a participar de uma pesquisa ligada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional, do Centro de Ciências Biológicas. As atividades são parte da dissertação de mestrado intitulada “Policiais femininas do 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná: vivências subjetivas no trabalho e as suas consequências para a saúde” da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pesquisa que tem como objetivo descrever as vivências subjetivas de mulheres atuantes, em diferentes cargos, no 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná (5º BPM-PR), sobre seus cotidianos de trabalho.

Sua participação na pesquisa será por meio de uma entrevista que acontecerá na Universidade Estadual de Londrina (UEL), nas salas do Departamento de Psicologia Social e Institucional. No momento das entrevistas, caso haja seu consentimento, o conteúdo será gravado para que facilite o posterior processo de análise de dados. Após a realização e gravação digital da entrevista, esse conteúdo será transcrito. A transcrição e arquivo digital serão guardados por 3 anos sob a responsabilidade da pesquisadora principal (Daniela Cecilia Grisoski). Durante esse período, somente a pesquisadora principal terá acesso ao material. Após o período de 3 anos, transcrição e arquivo digital serão destruídos.

Informamos que a participação não é obrigatória. E não haverá qualquer custo seu para a sua participação nesta pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa de intervenção com seres humanos não há riscos graves, e estes estão relacionados principalmente ao fato de a senhora poder sentir que não está obtendo benefícios, e/ou se sentir desconfortável ou constrangida ao falar de si e sobre

seus conhecimentos e vivências pessoais. Neste caso, a sua participação poderá ser encerrada e o consentimento retirado, se assim solicitar. De qualquer modo, a senhora possui a liberdade de recusar a participar da pesquisa em qualquer momento da mesma, sem penalização ou prejuízo algum.

Ao participar desta pesquisa, a senhora obterá como benefício uma melhor compreensão de alguns fatores relacionados à produção de subjetividade de outros e de si, em especial mulheres, que trabalham em prol da segurança pública, especificamente da Polícia Militar do Paraná. Também estará contribuindo com um campo da Psicologia Social e do Trabalho, o qual se preocupa com a promoção e a prevenção da saúde dos trabalhadores, da Segurança Pública em específico neste caso, em suas vidas profissionais e cotidianas.

Declaramos, ainda, o nosso compromisso segundo normas da CONEP, assegurando que os dados coletados serão mantidos em sigilo, ou seja, a publicação não incluirá informações que permitam qualquer identificação.

Em caso de dúvidas, a senhora poderá solicitar informações com a responsável técnica pelo projeto de pesquisa – a discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Daniela Cecilia Grisoski – a qualquer momento e sobre quaisquer aspectos éticos do projeto, pelo telefone: (42) 9985-24336 ou pelo endereço eletrônico grisoskidaniela@gmail.com.

Este termo foi elaborado em duas vias de igual teor, que após serem assinadas pela responsável pela pesquisa e pela senhora, uma via ficará com a senhora e uma será devidamente arquivada. Respeitando, portanto, o procedimento de padrão ético em pesquisa, pedimos que a senhora autorize sua participação, assinando este termo de consentimento.

Eu, _____

informada dos objetivos da pesquisa acima e certificada de que os dados coletados serão

confidenciais e que poderei optar pela retirada do consentimento a qualquer momento da pesquisa, autorizo a participação de meus dados na pesquisa.

Londrina, ____ de _____ de 20__.

—
Assinatura do Participante

—
Assinatura da Responsável pela Pesquisa

ANEXO C

Aprovação Comitê de Ética

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Policiais femininas do 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná: vivências subjetivas no trabalho e as suas consequências para a saúde

Pesquisador: Daniela Cecilia Grisoski

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 99428918.8.0000.5231

Instituição Proponente: CCB - Programa de Pós-graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.978.926

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa faz parte de uma dissertação de mestrado na área de Psicologia, dentro do campo da Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Será realizada com 5 e 8 policiais militares femininas de diversos níveis hierárquicos que estejam ativas e atuantes no 5º BPMPR no momento da coleta de dados desta pesquisa. A presente proposta de pesquisa se desenvolve através do cunho qualitativo. As entrevistas serão agendadas previamente e os encontros irão acontecer na Universidade Estadual de Londrina – UEL, em salas do Departamento de Psicologia Social e Institucional.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Descrever as vivências subjetivas de mulheres atuantes, em diferentes cargos, do 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná (5º BPM-PR), acerca de suas trajetórias laborais.

Objetivo Secundário:

- Mapear as produções bibliográficas que abordam a temática do trabalho e saúde no campo da Polícia Militar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, a pesquisadora informa que os procedimentos utilizados nesta pesquisa não oferecem riscos graves, mas há a possibilidade da participante se sentir desconfortável ou constrangida ao falar de si e sobre seus conhecimentos e vivências. Assim, o procedimento apresenta um risco mínimo, que será reduzido pela pesquisadora, ficando sob responsabilidade desta proporcionar um espaço de escuta e acolhimento, caso haja alguma forma de aflição durante a realização da pesquisa.

Quanto aos benefícios, o sujeito participante obterá o benefício de melhor compreender alguns fatores relacionados à produção de subjetividade de outros e de si, em especial mulheres, que trabalham em prol da segurança pública, especificamente da Polícia Militar do Paraná. Também estará contribuindo com um campo da Psicologia Social e do Trabalho, o qual se preocupa com a promoção e a prevenção de saúde dos trabalhadores, da Segurança Pública em específico neste caso, em suas vidas profissionais e cotidianas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante porque observa problemas no campo denominado Relações de Gênero. Neste sentido, adverte a idealização da figura da mulher na Polícia, como sendo mais preventiva e menos repressiva. Também ressalta problemas de Saúde e Trabalho, analisando

os efeitos das condições de trabalho das mulheres atuantes, em diferentes cargos, do 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná (5º BPMPR).

Os temas pesquisados são de grande importância para atender as necessidades da população citada.

A pesquisa adverte que a noção de saúde é determinada e condicionada por fatores sociais, entre os quais estão a garantia de emprego, salário, habitação, alimentação, educação, lazer e transporte, ou seja, não se encontrando ligada apenas ao aspecto de ausência de doença, mas à qualidade de vida de um sujeito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de Rosto foi apresentada e está devidamente assinada e carimbada pelo Proponente.
2. Apresentou a autorização do 5 Batalhão da Polícia Militar. 3.Cronograma está adequado.
4. Orçamento apresentado prevê os custos com deslocamento dos participantes e o financiamento é próprio.
5. TCLE está na forma de convite, linguagem clara e acessível, apresenta os riscos e benefícios e, informa que as entrevistas serão gravadas bem como o destino destas.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador (a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade imprimi-lo para apresentação aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1219804.pdf	12/10/2018 10:30:57		Aceito
Outros	PENDENCIAS.docx	12/10/2018 10:30:26	Daniela Cecilia Grisoski	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	12/10/2018 10:29:19	Daniela Cecilia Grisoski	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	24/09/2018 20:37:09	Daniela Cecilia Grisoski	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	24/09/2018 20:35:02	Daniela Cecilia Grisoski	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_UEL.pdf	19/09/2018 22:44:32	Daniela Cecilia Grisoski	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO.pdf	13/09/2018 21:45:35	Daniela Cecilia Grisoski	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.docx	13/09/2018	Daniela Cecilia	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.docx	21:41:25	Grisoski	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 24 de Outubro de 2018

Assinado por:

Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli (Coordenador(a))